



ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

1ª

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, sob a presidência de Vítor Manuel Parreira Batista, Presidente da Mesa, de

Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário e de Sandra Cristina Mendo Moura, Segunda Secretária. -----

Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e um membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Sandra Cristina Mendo Moura, Manuel Luís Varandas, Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Anabela Mendes Pereira, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, José Francisco Bento Sanches Branco, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Ana Cristina Preto Fernandes, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Luís José Pinto Lopes, Luís Filipe Marcos Castro, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, João Manuel Afonso Geraldês, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carla Alexandra Reis Lousão, Carlos Alberto Telo Figueira, Armada Paula Fernandes, em substituição do Senhor José António Freitas, Presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Luís Pedro Martins Lopes, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, Carlos Manuel Preto Alves, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado, e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros, Rui Manuel Felgueiras Mesquita e Miguel Bruno Martins Delgado. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----1.1- *Ata da sessão ordinária do dia 13 de setembro de 2021 - Apreciação e deliberação.*-----

-----1.2- *Ata da 1ª reunião (Tomada de Posse) - Apreciação e deliberação.*-----

-----1.3- *Informação da correspondência recebida e expedida.* -----

-----1.4 - *Período de intervenção do público.* -----

-----1.5 - *Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.* -----

-----**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----2.1 - *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo - alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.* -----

-----2.2 - *Gabinete do Presidente - Proposta de alteração da organização dos serviços do Município de Mogadouro - Análise e deliberação.* -----

-----2.3 - *Gabinete do Presidente - Proposta sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - participação no IRS no ano 2022 - referente ao ano de 2021 - Análise e deliberação.* -----

-----2.4 - *Divisão administrativa e financeira - apresentação, análise e deliberação da proposta das “demonstrações orçamentais para o exercício 2022, nos termos do Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de Setembro”, acompanhadas do relatório da proposta de orçamento:* -----

----- *Plano plurianual de investimentos;*-----

----- *Plano de atividades municipal;*-----

----- *Orçamento e plano orçamental plurianual (orçamento da receita e orçamento da despesa);* -----

-----*Mapa de pessoal;*-----

----- *Normas de execução orçamental.* -----

-----2.5 - *Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios -*

Del

- Análise e deliberação.*-----
- 2.6 - *Designação de 1 (um) representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil - Análise e deliberação.* ----
 - 2.7 - *Designação de 2 (dois) representantes das Juntas de Freguesia a integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos rurais (CMGIFR) - Análise e deliberação.* -----
 - 2.8 - *Constituição da estrutura orgânica da Comissão “Diáspora” - Análise e deliberação.* -----
 - 2.9 - *Constituição da estrutura orgânica da Comissão das comemorações do 25 de Abril de 2022 - Análise e deliberação.* -----
 - 2.10 - *Constituição do grupo de trabalho para a revisão do Regimento Interno da Assembleia Municipal de Mogadouro para o período 2021/ 2025 - Análise e deliberação.*-----
 - 2.11- *Designação de 4 (quatro) membros para integrar a Assembleia da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Trás os Montes.* ---
 - 2.12- *Designação de 1(um) representante das Juntas de Freguesia a integrar o Conselho Municipal de Educação.* -----
 - 2.13 - *Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2021 - para conhecimento.* -----
 - 2.14 - *Mapa de apoio à criação de emprego - para conhecimento.* ---
 - 2.15 - *Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos - para conhecimento.* -----
 - 3 - *Outros Assuntos.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1- *Ata da sessão ordinária do dia 13 de setembro de 2021 - Apreciação e deliberação.* -----

-----Depois de colocada a ata à apreciação do plenário e sem ter havido intervenções, o Presidente da Assembleia submeteu-a à votação. -----

-----A ata foi aprovada por maioria, com (0) zero votos contra, (1) uma abstenção, e (40) quarenta votos a favor. -----

1.2- *Ata da 1ª reunião (Tomada de Posse) - Apreciação e deliberação.* ----

*Após
Pres*

-----Após ter sido colocada à apreciação, sem intervenções do plenário, a mesma foi aprovada por maioria, com (0) zero votos contra, (1) uma abstenção, e (40) quarenta votos a favor. -----

-----Antes de se avançar para o ponto seguinte (1.2 do período Antes da Ordem do Dia) o Presidente da Mesa da Assembleia propôs ao plenário os seguintes ajustamentos à Ordem de trabalhos: -----

- i) inclusão de um ponto adicional a indicar como **2.12- Designação de 1(um) representante das Juntas de Freguesia a integrar o Conselho Municipal de Educação**, por se tratar de um assunto que foi entregue posteriormente à emissão da primeira convocatória e
- ii) alteração ao do assunto do ponto 2.7, no sentido de onde se lia “dois membros” passar a ler-se “dois representantes das juntas de freguesia”, lapso que decorreu da informação recebida onde constava o nome membro. -----

-----Colocada à apreciação e votação, a proposta de alteração foi aprovada por unanimidade e prosseguiu-se na ordem os trabalhos, onde foi apresentado pela Mesa da Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Joaquim Pires, sogro do Senhor Presidente da União de Freguesias de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane. -----

-----Aprovado por unanimidade, o Presidente da Mesa informou que iria ser dado conhecimento à família como é normal neste procedimento. --

-----No ponto **1.2 Informação da Correspondência Recebida e Expedida** deu-se conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida, não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte. -----

-----No ponto **1.3 Período de Intervenção do Público**, do decurso de um pedido de intervenção do público que deu entrada na Mesa, foi dado o uso da palavra, por 5 minutos, ao Sr.:-----

► **FRANCISCO MADRUGA** que usou da palavra e disse: “Bom dia a todos, eu não vou ocupar os cinco minutos de certeza, queria começar por saudar o *Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores*-----
Congratulo V. Exas pela Vossa eleição, desejo um bom trabalho e trabalharemos em conjunto para tomarmos as medidas necessárias ao desenvolvimento do Concelho de Mogadouro. -----

-----**1ª questão** -----
Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos setores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial durante o período mais difícil da

pandemia. Foram também estes os trabalhadores que no desempenho das suas funções, no dia a dia, enfrentaram um elevado nível de penosidade e de risco. -----

O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. -----

O suplemento de penosidade e insalubridade entrou em vigor com o Orçamento de Estado a 1 de janeiro de 2021 abrangendo os trabalhadores da administração local, estando assim criadas as condições para que a Câmara Municipal de Mogadouro aplique de imediato este suplemento. ---

*Pelo que perguntava: -----
Está o pagamento deste suplemento previsto no Orçamento Municipal de 2022? -----*

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou as diligências necessárias para que em janeiro o Suplemento de Insalubridade e Penosidade seja pago a todos os trabalhadores abrangidos? -----

-----2ª questão-----

Tendo sido a Associação Cultural e Recreativa de Soutelo constituída para a recuperação de atividades tradicionais, nomeadamente da cultura do linho e do trabalho de recuperação de teares e execução de diversos materiais além da edição da revista BITORO, livros e formação profissional para o qual recebeu verbas públicas, nomeadamente da Associação de Municípios do Douro Superior e na impossibilidade de ter acesso ao espólio da Associação, na qualidade de sócio, solicito a esta Assembleia, à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal que desenvolvam as démarches necessárias para recuperar para o domínio público todos os ativos que devem constar do inventário da Associação, assim como a responsabilização dos corpos gerentes que tiveram atividade na mesma. Esta Associação pode ser um importante fator de dinamização cultural na aldeia e no concelho. -----

-----3ª questão-----

Endereçou o Movimento Cultural da Terra de Miranda, Mogadouro e Vimioso à Câmara Municipal um pedido de reunião para a apresentação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Terra de Miranda. Até ontem o Movimento não recebeu qualquer resposta. Por considerar da maior importância para Mogadouro o Plano elaborado e que vai ser objeto de discussão pública exorto o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal a que recebam o Movimento e que se convoque uma Assembleia Extraordinária aberta ao público para que se possa discutir o Plano e dar

contribuições para a sua melhoria.”. -----
-----Não havendo mais intervenções da parte do público, o Presidente da Assembleia passou ao ponto 1.4 – “Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.”, dando a palavra aos Membro da Assembleia inscritos. -----

► PAULO CARVALHO que disse: *“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Srs. Elementos da Mesa da Assembleia Municipal, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores, Ex.mos Órgãos de Comunicação Social, presentes, Ex.mos representantes das entidades civis, religiosas e de segurança locais, caros colegas, deputados municipais, desta Assembleia.-----*

-----No regresso a este Órgão de gestão municipal, após alguns anos de interregno, felicito-vos pela vossa eleição e deixo votos de sucesso, a todos, no trabalho que desempenhareis nesta assembleia. -----

-----«É MUITO MAIS AQUILO QUE NOS UNE, QUE O QUE NOS SEPARA...» -----

-----Foi com esta frase que me apresentei a sufrágio para este órgão político, e é esta enorme convicção que me norteia no desempenho deste papel, com o único propósito de que seja um trabalho proficuo e de valor, em prol do Concelho de Mogadouro, das suas gentes, dos seus valores sociais, económicos, patrimoniais e culturais.-----

-----Muito mais que a defesa dos possíveis valores que a sigla política que nos elegeu, possa acarretar, venho apresentar-vos o compromisso assumido pela nossa bancada, o grupo parlamentar do Partido Socialista, que não é mais que a defesa intransigente, séria e responsável, da nossa comunidade, das suas pessoas e do nosso Concelho num todo. -----

-----Somos um grupo jovem, eclético, responsável, dinâmico e principalmente apaixonado por esta terra, e que a adoptou como sua, que tem somente como ambição dar o seu melhor contributo, dar o melhor de si, na ajuda ao desenvolvimento do nosso Concelho.-----

-----Somos um grupo de trabalho, que embora quase inexperiente nas lides políticas, tem uma vasta experiência, nas mais variadas áreas, no desempenho das suas atividades profissionais e pessoais, e que pode disponibilizar-se na ajuda a um desempenho de sucesso deste novo Executivo, desta nova Assembleia, e conseqüentemente, na valorização de todos nós Mogadorenses. -----

-----Saberemos ouvir, analisar, debater e contribuir com ideias, projetos e ações. Mas seremos também firmes nas convicções e incisivos na análise. É nosso compromisso e obrigação enquanto munícipes responsáveis, não

[Handwritten signature]

obstaculizar o trabalho de quem gere, não diminuir nem desvalorizar as ideias que nos são contrárias, mas acima de tudo, é nosso compromisso e obrigação, a observação e exigência do cumprimento escrupuloso dos programas eleitorais apresentados para este quadriênio, e que o povo sufragou em outubro passado. É também nosso compromisso e obrigação a fiscalização dos atos executivos, como compete a esta Assembleia, mas repito e reitero a vontade de o fazermos sempre de forma séria, rigorosa, construtiva, abnegada e colaborativa. -----

-----Esta Assembleia tem, como em muitos outros exemplos que poderia citar no nosso Concelho, o objetivo único de servir e servir de exemplo de companheirismo e união, chamem-lhe bairrismo, pois, repito, É MUITO MAIS AQUILO QUE NOS UNE, QUE O QUE NOS SEPARA.-----

*-----As lutas político partidárias, desde que feitas com elevação e de forma salutar e séria, também serão bem vindas. Foi exatamente com esse propósito que a Democracia foi implementada no nosso País. Para, na diferença, sabermos construir uma sociedade melhor, mais equitativa nos valores, em suma, para termos armas justas na construção também de um mundo melhor. Mas será sempre o trabalho em favorecimento do crescimento sustentável da nossa comunidade, que norteará as nossas ações, as nossas intervenções. E fico ainda mais satisfeito por poder referir que na tomada de posse do atual Presidente da Mesa da Assembleia, ouvir repetir, *ipsis verbis*, É MUITO MAIS O QUE NOS UNE, QUE O QUE NOS SEPARA.-----*

-----Ora, estão pois criadas as condições, e assim seja, para em conjunto, no respeito pelas diferenças, apresentarmos ao país um trabalho de excelência municipal. As nossas lutas, os nossos «moinhos de vento», nunca poderão ser internas, mesquinhas e sem razão. Há lutas maiores a fazer. Unamos as nossas forças no combate ao que verdadeiramente nos interessa enquanto munícipes, representantes de uma comunidade, que não tem cor, mas somente tem a vontade de ser melhor e de melhor ter também a vida dos seus. Ajudemos agora a derrubar muros ideológicos e façamos da união a nossa força. É urgente. Os tempos assim o exigem. Saibamos mostrar que ser Mogadourense é mais. É melhor. É muito. É tudo. Criticaremos o criticável. Debateremos o debatível. Mas nunca, nunca seremos oposição de forma não construtiva, de forma demagoga ou cartelista. É esse o nosso dever. Foi para isso que metade do Concelho nos deu a sua confiança e escolheu. Saibamos respeitar quem assim quis. Façamos todos com que as vontades e as palavras não sejam vãs, e que com ações concretas consigamos realmente desenvolver trabalho meritório e de excelência. Pensamos e desejamos ser de

todo possível. Assim se queira. Assim o desejemos. TODOS. -----

-----Sendo assim, é tempo de dar início ao trabalho e vou só colocar-vos três temas para análise. -----

-----1º - Começo por congratular-me e parabenizar a Delegação do Município que esteve presente no Congresso Nacional de Municípios, e que, novamente, nos honrou com a sua presença ativa. Desde a intervenção, em temática tão atual e importante como o ambiente, do Presidente desta Assembleia Vitor Batista, à escolha como vogal da Mesa do Congresso, do nosso ex-Presidente da Câmara Francisco Guimarães, Mogadouro fez notar a sua presença e fez ouvir a sua voz, e, portanto, é motivo de grande satisfação e regozijo para a nossa bancada parlamentar. Parabéns e obrigado. Não podemos também deixar de nos sentirmos enormemente satisfeitos que, na sequência do que tem vindo a suceder-se no passado recente, o Município continuar a conseguir ter representantes em locais de decisão nas Entidades nas quais temos assento. Assim sendo, a nossa bancada dá também os parabéns ao Presidente da Câmara, António Pimentel, pela nomeação em cargo para a CCDR NORTE. -----

-----2º - Pela importância já referida da preservação ambiental de que estamos também embuidos de exercer, vimos recomendar que, o envio da informação e dos documentos para análise e discussão nesta Assembleia nos possam a partir de hoje nos ser remetidos de forma menos física, ou seja que se encontrem alternativas para o envio para nossas casas, de forma digital, em detrimento do papel impresso. O objetivo é tão somente esse mesmo. Eficácia na preservação ambiental, conjuntamente com o da agilização de envio, da simplificação do mesmo envio e ainda da redução dos custos inerentes ao envio em papel impresso. A evolução tecnológica, permite-nos hoje que o formato digital possa ser usado de forma fácil e acessível. Sabemos também, que para alguns elementos possa esse mesmo acesso digital ser mais deficitário e que prefiram receber em papel toda a informação. Nesse caso, demonstrem essa vontade e seja essa a sua forma de envio. Em pleno séc. XXI há diversas formas de ter acesso a documentação. Seja através da criação de links que contenham a informação, quer através da criação de sítio virtual de acesso exclusivo ao elementos da Assembleia, ou até mais simplesmente da transformação da documentação em formatos PDF, WORD ou similares, que se possam colocar numa aplicação, por exemplo, Whatsapp e nos sejam remetidos pelos nossos acessórios individuais de comunicação. Cada um, individualmente, fará, se o desejar, a impressão ou não, para análise dos mesmos. -----

-----Mas, o principal tema que me traz aqui hoje é o seguinte: -----

-----3º - A 27 de dezembro de 1272 foi concedido o 1º Foral a Mogadouro. --
-----Foi Assim efetivada a sua Fundação enquanto Município, e como já devem ter reparado, em dezembro de 2022, passarão 750 anos sobre essa mesma data. No seguimento do que também já tinha proposto em 2007, ano anterior ao das Comemorações do Centenário da morte de Trindade Coelho, e que levou a que essa data fosse comemorada com diversas ações, também desta vez achamos que esta será uma data de extrema importância para o Município, e que possa ser um marco importante na história e na cultura de Mogadouro. Mais, temos tanto a noção da importância da data, que propomos que as Comemorações se levem a efeito com a pompa e circunstância possível que a data merece. É um marco histórico de uma geração e que poderá ajudar à identificação de outras gerações. Nesse sentido, deixo aqui já algumas ideias do que poderia ser feito ao longo de todo o ano 2022, e que deveria culminar numa outra data que deveríamos implementar como referência anual, a criação do DIA DO MUNICÍPIO, a celebrar já a 27 de dezembro de 2022. Existe já um Feriado Municipal, a 15 de outubro, uma comemoração do orago S. Mamede, Padroeiro de Mogadouro em junho, mas penso haver ainda uma lacuna existente na não comemoração da nossa existência enquanto Município, como acontece em tantos e tantos municípios por esse mundo fora. A data parece-me particularmente feliz, uma vez que é coincidente com a presença de muita da nossa Diáspora, que tradicionalmente nos visita nas Festividades Natalícias e de Final de Ano, e que assim poderia participar de um verdadeiro evento de espírito Mogadourense, em conjunto com os locais. Temos já algumas ideias a propor que poderão ser implementadas, claro está, em conjunto com tantas outras que podem melhorar e melhor efetivar a grandeza do evento, e que tornem de facto a data impactante e importante tanto a nível local, como regional e até nacional. Assim, e em forma de exemplos de ações a desenvolver, poderia convidar-se um Historiador que tivesse reconhecimento e renome Nacional, que se juntaria a historiadores locais, e durante todo o próximo ano letivo efetivarem o levantamento da história riquíssima do nosso Concelho, dos acontecimentos de maior relevância durante estes 750 anos, de forma a compilar e editar em forma de livro ou até digital, uma obra importantíssima de valorização da nossa história, da nossa cultura, do nosso posicionamento também na história da nação. Esse documento deveria ser apresentado nas Comemorações do Dia do Município, a 27 de dezembro de 2022. -----
-----Objetivo: a recolha e a dádiva às gerações futuras do legado histórico-cultural de Mogadouro. Poderia também, porventura, o Festival Terra

Transmontana, que observamos ser interesse do Executivo manter, ter como temática os «750 anos», e desenvolver todas as suas ações em torno dessa temática, retratando vários momentos da nossa história. Desenvolver, por exemplo, pelo Grupo de Teatro Municipal um trabalho cénico, que mostrasse a todos os nossos municípios e até um pouco pelos auditórios de todo o país a riqueza da nossa história. Envolver a comunidade escolar durante o ano letivo, no debate e ensinamento desses 750 anos de história. Inclusive, criar a possibilidade de os alunos poderem executar trabalhos e textos nessa temática, de forma a envolver a comunidade mais jovem em todo o processo. Enfim, há um sem número de ações que se poderiam desenvolver, que nos enriqueciam a todos nós com um conhecimento mais efetivo de quem fomos e o que somos, e com a possibilidade de projetar-nos também no contexto nacional, com a valorização histórico-patrimonial e cultural, na ajuda ao incremento turístico, que cada vez exige saber mais sobre as particularidades dos locais que definem visitar. -----

-----É evidente que o que vou agora referenciar é meramente ideológico e visa o apontar de caminhos, mas, por exemplo, no DIA DO MUNICIPIO, e a partir dessa data de 2022, encetar o início de HOMENAGEM a figuras Mogadourenses, personalidades ou entidades, que ao longo das suas vidas, das mais diversas formas possam ter contribuído de forma indelével, com a sua dádiva cultural, comercial, desportiva, benemérita, social, política, entre outras, e que se tenham destacado no contributo à nossa comunidade. A escolha dessas personalidades não tinha que ser meramente pelo seu eruditismo, mas principalmente por um contributo normal, mas importante para o concelho, e escolhido de forma abrangente por toda a população. A escolha poderia ser efetuada por uma comissão criada para o efeito, com presença de elementos oriundos das mais diversas áreas da sociedade, por exemplo, escolas, associação comercial, poder judiciário, poder político, desportivo, social, representantes das entidades de saúde, da cultura, podendo até ter uma votação online, facebookiana da comunidade em geral.---

-----Enfim, o que nós desejássemos implementar. Mas o Concelho, as pessoas e principalmente as crianças precisam de exemplos, e está também na altura de fazermos perceber que a comunidade, como um todo, tem valor. São pessoas comuns que fazem a nossa história, os nossos dias. E isso também é importante valorizar. Sem elitismos nem vaidades. Há também na nossa terra gente normal, mas capaz de com o seu contributo fazer de nós um povo melhor e dar contributos válidos e exemplares de Mogadourismo. Nesta sequência de ideias, poderia ser criado um MURAL DE HONRA ou algo similar, onde passariam a constar, anualmente, as

*figuras homenageadas, um pouco no seguimento, a título de exemplo, do Passeio da Fama, onde em Hollywood, a comunidade cinéfila homenageia os seus pares, ou em Itália, o Passeio dos Poetas, onde se homenageiam os poetas Italianos. Enfim, são meras ideias, mas no geral, o que pretendemos transmitir, é que datas desta importância não podem, nem devem cair no esquecimento, nem passar em vão, e que podemos potenciá-las na ajuda à coesão e valorização social. Deixarei à posteriori, com a Mesa da Assembleia, algumas ideias que temos para levar a efeito esta ação, se acharem pertinente. Era isto que tinha para vos apresentar hoje. -----
-----Continuação de bom trabalho e que hoje seja realmente o primeiro dia de um Mogadouro mais uno, mais construtivo e inclusivo, mais Mogadouro. Obrigado!" -----*

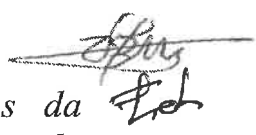
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, no decurso da questão da desmaterialização/digitalização dos processos desta Assembleia e do uso de suportes eletrónicos para envio e partilha de documentação, levantada na intervenção anterior, usou da palavra para adiantar a intenção de apresentar uma proposta nesse sentido à Assembleia, no ponto “3. -Outros assuntos”.

-----Explicando que o processo de desmaterialização é uma intenção da Mesa da Assembleia, conversada e concordada com as diferentes partes em reunião de conferência de líderes.

-----Reforçou e apelou ao esforço voluntários individual, numa atitude de cidadania e de gestão custo-eficiente dos recursos da autarquia, pois nas palavras dele “nós aqui estamos a representar os nossos cidadãos e os nossos cidadãos exigem de nós atitudes responsáveis”.

-----Salientou, ainda, que numa análise superficial, mas conservadora, o processo de envio de documentação em suporte papel a todos os membros desta assembleia e executivo camarário, é substancialmente um custo avultado e desnecessário e que mobilizados estes fundos para outros investimentos, nas pessoas e na sociedade, serão certamente mais vantajosos coletivamente.

► **CARLA LOUSÃO** usou da palavra e disse: “é para fazer uma menção aos Senhores Presidentes de Junta que eu aqui venho hoje, ontem eu, na qualidade de Presidente de Junta e acredito que a maior parte de vós também recebeu um email, onde nos fazem uma proposta para aderirmos ou sermos parceiros de um programa que é a Reserva Meseta Ibérica, e é neste sentido que eu queria fazer aqui algum esclarecimento porque eventualmente poderá ser um assunto que passe um bocadinho ao lado, que alguns não tenham conhecimento do que é que isto é, ora bem, a Reserva da Meseta Ibérica é uma distinção que é feita pela Unesco onde



considera que nós temos aqui uma ótima relação em termos da conservação da natureza e com o desenvolvimento local, isto está inserido num programa que é o homem e a biosfera e realmente são territórios que têm aqui a sua valorização, quer nós queiramos, quer não, nós já fazemos parte desta reserva, desta reserva faz parte todo o nordeste transmontano e as zonas de Zamora e Salamanca, por isso é um projeto transfronteiriço. Esta reserva da Meseta Ibérica tem por objetivo trabalhar o desenvolvimento sustentável de toda a região, por isso eu vejo neste pedido de parceria uma possibilidade e uma probabilidade grande de nós desenvolvermos e trabalharmos a produção, nomeadamente turística dos produtos endógenos de cada uma das nossas aldeias, claro que o Município já é parceiro mas também para o Concelho se desenvolver e avançar nós enquanto freguesias também temos que aderir e participar porque eles só irão saber o que de bom tem a nossa freguesia quando nós lhe comunicarmos, por isso vejam o email, não o passem ao lado a dizer que é mais um, leiam-no com atenção e se assim o entenderem e eu acho que devem entender, adiram como parceiros”.-----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “solicito ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro os seguintes esclarecimentos: Pretende o Senhor Presidente da Câmara exigir perante a Autoridade Tributária todos os impostos devidos pelo negócio das barragens, como fez e muito bem a Senhora Presidente da Câmara de Miranda do Douro? Se por ventura V. Exa. não o vai fazer diga aqui a esta Assembleia a razão, uma vez que o dinheiro resultante desses impostos é de todos os cidadãos deste Concelho e certamente seria uma grande ajuda para o nosso desenvolvimento. -----

-----Uma segunda questão tem a ver com as suas declarações a alguns órgãos da comunicação social. Afirmou o Senhor Presidente que monetariamente tinha recebido do Executivo anterior uma herança hipotecada, que as obras em execução iriam absorver os perto de seis milhões e que não chegariam. Esqueceu-se o Senhor Presidente que as referidas obras são financiadas a 85%? Ou omitiu-o propositadamente? O próprio revisor oficial de contas demonstra no relatório apresentado a esta Assembleia que a Câmara goza de uma excelente liquidez financeira. Senhor Presidente uma verdade eu lhe posso dizer, eu e o Senhor iremos certamente partir um dia, as obras, principalmente as boas obras e as boas ações ficarão e o nome de quem as mandou fazer ou destruir estará sempre interligado com elas. -----

-----Uma Outra questão, Senhor Presidente que gostava que me

deh

esclarecesse era o porquê da construção de uma segunda Casa Mortuária? Vai mandar eliminar a que já existe? Ou trata-se apenas de um capricho? -----E por fim uma recomendação em jeito de questão, não sei se o seu adjunto e a chefe de gabinete vão renunciar à Assembleia, isto legalmente claro que está tudo bem, mas eticamente só lhe ficaria bem a estes Senhores”.

► **MANUEL LOBO** usou da palavra e disse: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da mesa, membros do executivo estimados membros da AM e JF, e a todos os presentes.

-----Antes de mais, cumprimentar-vos a todos, e, como é a minha primeira intervenção, desejar as maiores felicidades quer a esta assembleia e quer a este executivo, pois o vosso sucesso, é o sucesso de todos nós. No entanto, não deixarei de fazer o meu papel como membro da oposição de ação de escrutínio e fiscalização do executivo, sempre numa perspetiva construtiva e de melhoria contínua. Creio que foi para isso que os mogadourenses me mandataram a mim e à bancada a que pertença. Tudo faremos para ser uma oposição responsável e atenta.

-----Neste ponto gostaria de abordar três questões gerais.

-----Uma delas é que, passamos a quadra natalícia e o executivo, não deu continuidade à iniciativa do voucher Municipal, que tanto quanto sei era uma boa medida de estímulo ao consumo de produtos locais, e justa para todos. Quer para consumidores, quer para Estabelecimentos comerciais, quer mesmo para o Estado. Constituíam um estímulo ao consumo, sendo favorável quer ao comércio local quer aos consumidores que já sabiam que recebiam 5€ por cada 50, para gastar novamente em comércio local. Bem sei que estão no executivo há pouco tempo e é difícil fazer tudo, mas: **Pergunto se pensam no futuro recuperar esta medida ou outras do género? E quando pretendem implementar.**

-----Outra questão era relacionada com a iluminação natalícia da vila. Não vou entrar em questões de gosto, que obviamente não se discutem, mas o que é certo é que não parece fazer sentido ter-se contratado uma empresa de fora (Viseu) para se fazer um trabalho 5.400 € mais caro que no ano passado por uma empresa de Mogadouro. Com a agravante das iluminações terem sido colocadas mais tarde e não terem contemplado o centro Histórico. Bem sei que este executivo quer apoiar os produtores e empresas locais, daí a estranhar a decisão neste especto.

-----Como referem em declarações públicas no vosso manifesto (cito: “As nossas prioridades são a criação de emprego e fixação de pessoas... instalar novas empresas e injetar capacidade às já existentes” fim de

Handwritten signature and initials

citação manifesto página 3) .Pergunto porque não o fizeram neste caso, já que é sabido que essas empresas existem e prestaram serviço em concelhos vizinhos?-----

-----Uma última questão é relativa à pandemia Covid 19. Como sabemos os números não param de aumentar nos últimos dias. Nesse sentido pergunto se o executivo tem algum tipo de estratégia ou plano de contingência para esta matéria. Sei que no ano passado eram disponibilizados dados à Assembleia Municipal por intermédio dos briefings da Proteção civil, pergunto se estão a pensar fazer o mesmo ou ter alguma ação de sensibilização. Como profissional de saúde tenho o dever de alertar para isso, pois estamos próximo do período crítico que sempre foi janeiro. -----

-----Muito Obrigado e continuação de boas festas”. -----

► ORLANDA ESPERANÇA usou da palavra e disse: “gostaria de fazer algumas sugestões ao atual executivo, nomeadamente em quatro pontos que eu considero muito importantes. -----

-----Gostaria de apelar ao atual executivo que reúna esforços conjuntos com os concelhos vizinhos para se ultrapassar um problema muito intenso da nossa interioridade, que tem a ver nomeadamente com a rede móvel, voz, internet, na sua maioria no nosso concelho é de fraca qualidade e nalguns pontos até inexistente, a internet nos dias de hoje é uma ferramenta de trabalho indispensável, tanto na esfera particular, profissional, institucional e educacional e neste contexto atual de pandemia e de confinamento, houve novos desafios e novas exigências, nomeadamente o teletrabalho, nomeadamente a escola digital e até hoje estamos perante uma situação que temos colegas que estão confinados em casa e a única forma de assistir será esta, no entanto se calhar nalguns sítios, nalgumas aldeias não era possível sequer aderir a esta presença porque a rede é inexistente, para alguns no tempo em que havia telescola certamente que foi uma tormenta pela fraca cobertura, portanto se o nosso concelho pretende fixar empresas e famílias no interior temos que ter respostas básicas para manter as pessoas no concelho e esta fraca cobertura das redes móveis têm uma influencia negativa na nossa economia local. -----

-----Outro ponto que eu queria abordar é em relação aos regulamentos que existem no Município, vou falar apenas de dois, nomeadamente no regulamento aos apoios às entidades empregadoras, pela criação dos postos de trabalho, que já existe e vai ser alterado segundo a proposta do atual Executivo e gostaria de sugerir uma diferenciação no que respeita ao

incumprimento do tempo do contrato, porquê? Porque o incumprimento leva a que a entidade empregadora tenha que devolver apoios, mas este incumprimento devia ser diferenciado, quando esse incumprimento é imputado ao trabalhador, ou seja a entidade empregadora não teve oportunidade de cumprir o contrato porque o trabalhador decidiu por si ir embora, ou se é imputável ao empregador que despediu o funcionário e aí sim concordo que deva ser substituído ou então ter que devolver os apoios recebidos, quando é imputável ao empregador, se o contrato era no mínimo de cinco anos, que é o que se estabelece, se empregou durante três anos, acho que é um apoio que não devia ser devolvido, que devia reverter a favor, porque neste caso o empregador não tem responsabilidade do empregado ter ido embora . -----

-----Outra situação, nomeadamente conhecimentos que tenho, que houve apoios que foram negados por uma justificação em que o empregador empregou determinado funcionário, a dada altura do contrato esse funcionário também se coletou e muitas vezes essas coletas acontecem fruto da agricultura, que para receber os subsídios é obrigatório as pessoas estarem coletadas a partir de certos montantes e no entanto o que a Câmara tem feito é anular os apoios à entidade empregadora e tem que restituir os valores ou então não são concedidos os apoios, o que eu não acho correto porque a entidade empregadora não tem nada a ver com a vida particular do funcionário. Estas são duas sugestões. -----

-----Outra, é o regulamento da zona industrial que mandatos após mandatos não está a ser cumprido, o porquê? Neste caso o anterior Executivo deparou-se com essas situações, deparou-se com situações inclusive que foram abordadas e não foram feitas respostas satisfatórias, há lotes que foram vendidos há mais de vinte anos, que não foram construídos, há lotes em que a autarquia deliberou a favor de venda por particulares, eles tiram uma vantagem patrimonial e o regulamento não prevê isso, portanto há que pôr o regulamento a funcionar, se a entidade patronal com os apoios aos trabalhadores, se cumpre à risca, o outro também terá que ser cumprido à risca para estarmos em pé de igualdade. -----

-----Outra situação que eu queria expor, foi numa das reuniões públicas que eu estive presente em junho ou julho, agora não sei precisar, tem a ver com o arranjo urbanístico do Bairro Fundo Fomento, tem havido prorrogação do prazo de conclusão, o contrato deve ter uma clausula em que a falta de cumprimento gera multas, mas essas multas até ao dia de hoje, pelo menos desconheço, que estejam a ser imputadas ao empreiteiro, para além de que acresce outra responsabilidade ao município que tem

Handwritten signature
Procl

estado a onerar o erário público, tem a ver com as rendas que estão a ser pagas às pessoas que vão ser realojadas novamente nas casas e que a Câmara todos os meses tem essa despesa associada e não está a ser imputada a responsabilidade ao empreiteiro e acho que devia ser uma futura receita que possa ser pedida a favor da Câmara ao empreiteiro. -----

-----Queria ainda abordar a questão da iluminação de Natal, concordo plenamente com a quilo que foi dito pelo colega, no entanto é verdade que já houve comentários que Santos da casa não fazem milagres, assim como não há Santos que fazem milagres a nível geral, em particular não poderia deixar de fazer um pequeno apontamento e que certamente será discutido mais à frente e também farei questão de participar, no anterior Executivo Santos da casa (Advogados), também não fizeram milagres, foram feitos contratos que agradecia e ponho à consideração de um pequeno escrutínio do ponto de situação que o nosso município se encontra”. -----

▶ ANTÓNIO MARTINS usou da palavra e disse: *“queria começar por dizer que é com enorme prazer que vinte e quatro anos depois da primeira vez estou de regresso a esta Assembleia, depois também de um mandato sabático, que me soube muito bem, às vezes é bom fazer uma pausa para recuperar energias, apresento-me assim com uma determinação redobrada e com uma dedicação também redobrada para me dedicar às causas desta Assembleia e sobretudo às da minha Freguesia onde importa sobretudo recuperar de quatro anos de um completo marasmo imposto pela gestão socialista onde é preciso arrepiar caminho e recolocar novamente Bemposta no lugar que merece. -----*

-----Quero cumprimentar as bancadas, desejar a todos Presidentes de Junta e Membros eleitos que possam aqui desenvolver um trabalho proficuo em prol de todos, não me vou alongar aqui nas considerações, porque penso que é um lugar comum de vir aqui dizer que todos estamos aqui porque gostamos muito da nossa terra, para desenvolver um bom trabalho, acho que dos vinte anos que faço parte desta Assembleia ainda não conheci aqui ninguém que não tivesse dito o mesmo, portanto penso que esse é um ponto comum a todos, estamos todos no mesmo barco, remamos todos para o mesmo lado, como aqui também já alguém disse, é isso que nos une, mais do que qualquer outra coisa. -----

-----Queria felicitar na pessoa do Senhor Presidente o Executivo Municipal por o trabalho já desenvolvido nestes dois meses e meio de atividade, sobretudo no aspeto da reorganização dos serviços do município, onde já é visível uma melhoria considerável e sobretudo

*Paulo
Carvalho*

também no regresso a uma formula que já deu bons frutos no passado nesta Assembleia, refiro-me ao apoio administrativo, deu bons frutos no passado e estou certo que também os dará no futuro, parabéns a todos, ao Senhor Presidente da Assembleia por ter tido a lucidez de ver que essa era uma boa solução, e parabéns ao Presidente da Câmara por ter facilitado essa solução e de a terem posto em prática. -----

-----Em relação a algumas intervenções que já aqui foram feitas, eu só queria pedir um esclarecimento ao membro desta Assembleia Paulo Carvalho, porque fiquei na dúvida quando disse aqui que o Senhor Ex. Presidente da Câmara tinha sido eleito vogal da mesa na última reunião da Associação de Municípios, eu perguntava se foi eleito ou se cessou funções nessa reunião, fiquei na dúvida, portanto se me pudesse esclarecer agradecia. -----

-----Quanto à intervenção do Senhor membro Jorge Dias, em relação à autoridade tributária, se a Câmara vai ou não pedir o pagamento dos impostos eu perguntava-lhe o seguinte, o imposto de que imóveis se refere? De imóveis feitos nos últimos dois meses e meio? Ou de imóveis que já existiam? Se é dos últimos dois meses e meio que está a pedir esse IML tem toda a legitimidade em fazer aqui a pergunta, mas eu até sou de Bemposta temos lá uma barragem já inaugurada em 1966, presumo que sejam esses imóveis todos que fazem parte do Bairro da Barragem e do conjunto que a EDP dispõe naquele local, se é assim, o que é que andou o Senhor a fazer enquanto Presidente da Assembleia Municipal nos últimos quatro anos, enquanto órgão fiscalizador desta Câmara? O que é que andaram a fazer as Câmaras Socialistas de Mogadouro e de Miranda que durante os últimos quatro anos não pediram esse IML, ou dos últimos oito, é uma questão que lhe deixo para nos esclarecer porque há coisas que de facto não se entendem, além de mais tive conhecimento também recentemente que faz parte do Movimento Terras de Miranda. Este é um assunto que só despertou agora porque o PSD chegou ao poder, ou caiu do céu, ou não era conveniente no passado? Eram coniventes com o Senhor Ministro do ambiente, Ministro das finanças, com todo o poder socialista e não convinha falar? Não podemos aceitar. -----

-----Outra questão também aqui trazida, a questão da iluminação, são gostos e gostos não se discutem, é um problema de azia, e um problema de azia resolvesse com umas pastilhazinhas, eu pelo menos faço, agora nesta altura das festas costumo muito fazer, 5€ mais ou menos, tomo rennie e isso passa, mas tomo por questões de gastronómicas, não tem nada a ver com comissões, nem percentagens. Depois Santos da casa não fazem



milagres, esta questão dos santos da casa, penso que ainda vai dar muita tinta para correr, vamos esperar pelos próximos episódios.-----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “venho aqui por duas situações que foram levantadas pelo Senhor Jorge Dias, a ética de eu fazer parte desta Assembleia e fazer parte da equipa do Senhor Presidente da Câmara como adjunto, Senhor Jorge Dias, isto a ética não começa hoje, nem começou ontem, começou há muitos anos, eu fui eleito pelos Mogadourenses, fazia parte da lista do PSD, as pessoas queriam que fizesse parte da Assembleia e estou aqui para as representar, em relação a fazer parte da equipa da Câmara, o Senhor Presidente, António Pimentel confiou em mim para ser adjunto e eu futuramente decidirei se vou continuar a fazer parte, ou não, desta Assembleia. Agora ética Senhor Jorge, o Senhor devia ter tido ética em setembro quando a Câmara mandou alcatroar a sua rua e a da Senhora Vereadora, neste momento, que é a 100 metros da sua, deixaram por alcatroar, aí é que era ética dizer ao Senhor Presidente da Câmara: se alcatroarem a minha rua também devem alcatroar a desta pessoa aqui ao lado. Isso sim é que era ética”. ----

► **CONCEIÇÃO MEIRINHO** usou da palavra e disse: “especialmente dirijo-me aos Digníssimos companheiros Presidentes de Junta porque é nessa qualidade que aqui estou, muito me surpreende que o líder da bancada socialista me venha dirigir as palavras que me dirigiu por ter tido o cargo de Presidente da Assembleia, representante máximo da democracia aqui no concelho de Mogadouro, como sabe fui eleita Presidente da Junta, não me posso omitir das minhas responsabilidades sendo uma delas a participação aqui na Assembleia Municipal. -----

-----Quanto à questão que colocou, se vou renunciar, vou já esclarecê-lo que não, porque tal como não tive intenção de me omitir das minhas responsabilidades de Presidente de Junta desde o início, não o vou fazer a partir de agora. Relativamente às incompatibilidades e ilegalidades que possam existir relativamente ao meu exercício de funções como Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal que certamente, como todos compreenderão só assumi este cargo na Câmara Municipal depois de me ter certificado tanto eu como o Senhor Presidente de que não existiria nenhuma ilegalidade, nem nenhuma incompatibilidade e aliás aquilo que eu disse desde o início é que em primeiro lugar estava o cargo de Presidente da Junta e a dignificação da confiança que o povo depositou em mim, não teria assumido o cargo de Chefe de Gabinete se tivesse que renunciar a ser Presidente da Junta de Freguesia, portanto a questão da legalidade está assim dirimida. -----

*Paulo
Carvalho*

-----*Quanto à ética, a ética segundo a filosofia é a ciência que estuda os motivos que constroem ou distorcem os padrões de comportamento do ser humano, aquilo que o Senhor Presidente está aqui a fazer não é construir padrões de comportamento, é simplesmente a distorce-los e a desvirtuar o exercício das funções que tanto eu como o meu companheiro José Branco, estamos aqui a exercer com toda a legitimidade. Esse zelo pela ética e pela moral é um bocadinho tardio, porque devia ter sido imposto já nas suas atividades de fiscalização enquanto foi Presidente da Assembleia Municipal, embora tardio, alegra-me esse vosso despertar e acolho com satisfação uma dinâmica de trabalho que estou certa que virá a existir entre nós com uma oposição atenta, responsável e construtiva, que tenho a certeza que vão ser a partir deste momento*". -----

► **PAULO CARVALHO** usou da palavra e disse: *“é só um pequeno esclarecimento ao Martins, eu em momento algum da minha intervenção falei em eleição para a Mesa do Congresso, falei em escolha, os elementos do Congresso escolheram o nosso Ex. Presidente, neste momento não é, congratulei-me com a presença do nosso Ex. Presidente da Câmara no Congresso*”. -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: *“eu não vou entrar em diálogos de ratoeiras politicas que não é o meu gosto, só para dizer o seguinte, em relação ao caminho a Senhora Vereadora Márcia sabe que enveredei todos os esforços para que fossemos contemplados todos os habitantes dali daquela zona*”.-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: *“vou apenas pronunciar-me sobre algumas considerações que pontualmente foram feitas e que foi pedido esclarecimento. -----*

-----*Associação Cultural e Recreativa, pois Francisco Madruga tens aqui um aliado para ver se conseguimos trazer para o domínio público e estou certo que a Presidente da Junta de Remondes vai colaborar também ativamente, assim como eventualmente membros da Assembleia de Soutelo que temos presentes que irão colaborar nesse processo, foi uma Associação que teve um papel extremamente importante, que conseguiu trazer fundos para o Concelho e renovar algumas tradições. -----*

-----*Em relação ao Senhor Paulo Carvalho, não obstaculizar é isso que se espera de qualquer elemento desta Assembleia ou do Executivo. -----*

-----*Em relação às comemorações vamos ponderar o assunto, vamos ver, aliás eu vi já do Senhor Presidente atual da Assembleia Municipal querer encenar novamente um processo de dinamização da Diáspora Portuguesa que esteve de certo modo esquecida durante oito anos, mas que*

conjuntamente com isso também já falou em homenagear pessoas que os Mogadourenses reconheçam como tendo dado um contributo especial ao concelho de Mogadouro e ao País. -----

-----Ouvi a Deputada Carla Lousão falar sobre a Reserva da Meseta Ibérica, portanto enquanto elemento neste momento e a presidir à cogestão do Parque Natural do Douro Internacional tenho a minha opinião sobre isso também, vou manifestá-la no local próprio e aqui quero dizer que não esquece o meu passado e por isso eu quero dizer que enquanto autarca durante doze anos, eu e o Presidente do qual fiz parte da equipa, mantivemos sempre a nossa reserva e a nossa oposição inclusivamente como muitos de vós puderam constatar na altura à criação da Reserva da Biosfera e mesmo com alguns dissabores pessoais, porque quem estava à frente desse projeto, por acaso até era uma prima minha cujo pai era Presidente de Câmara dum concelho vizinho. Porquê? Porque nós não podemos querer o melhor de dois mundos, não podemos querer por um lado sermos os heróis de preservar o ambiente a qualquer preço e depois irmos à Câmara Municipal para fazer qualquer coisa e termos todo um conjunto de planos e de regulamentos e de entidades que dificultam tudo o que as pessoas que habitam nesta região pretendem levar a efeito, as coisas têm que ser feitas com peso e medida, eu e todos os Mogadourenses até ao momento e os nossos antepassados, preservaram o ambiente, não somos os grandes responsáveis pela adulteração do ambiente, iremos continuar a preservá-lo certamente, mas temos que ter muito cuidado nas limitações que muitas vezes introduzimos ao nosso próprio bem estar e ao nosso próprio desenvolvimento nomeadamente da região a que pertencemos, esta foi a minha posição no passado, continuo aberto a tudo que seja de positivo mas tem que ser tudo muito bem condimentado quando se vertem estas coisas para regulamentos, porque depois quer-se fazer um investimento na área turística ou na agricultura e até um simples depósito, para instalar um depósito da água são chumbados porque estes organismos que nós às vezes ajudamos a elaborar regulamentos, depois nos proibem de toda e qualquer atividade. -----

-----Sobre a questão que suscita o Senhor Jorge Dias de exigir o imposto das barragens, já aqui foi dito, nós estamos há dois meses, o Partido Socialista esteve oito anos, já havia o Movimento Terras de Miranda, já havia todo esse Movimento a andar, pois muito bem, eu orgulho-me de tudo fazer para defender os interesses de Mogadouro e dos Mogadourenses, eu quero dizer que temos andado em reuniões com a MOVHERA precisamente através do Baixo Sabor, a tentar renegociar as



contrapartidas da MOVHERA para os Municípios, a última reunião ocorreu em Mogadouro com o próprio administrador da MOVHERA onde se deram alguns passos na resolução desse contencioso que está por resolver, a participação da MOVHERA ao Municípios do Baixo Sabor, pelo menos já ficou uma proposta mais ou menos delineada que levou ao Conselho de Administração da MOVHERA para poder a seguir conversar novamente connosco. -----

-----Em relação aos impostos, é evidente que senão houver a contrapartida que o próprio Governo do seu Partido veio falando e que se vem levantando dos cem milhões de euros, é evidente que independentemente disso, eu penso que o património das barragens é hoje privado e como tal deve ser, se a Lei o permitir e não o permitindo devemos lutar para que ela seja alterada, que como qualquer entidade privada deve ficar sujeita aos impostos municipais, esta é a minha posição pessoal que não tivermos oportunidade ainda de discutir a nível de Executivo, mas é a minha opinião pessoal pela qual me irei bater, até porque poderá ser uma receita, é uma barragem, é uma barragem, não é só o bairro porque o bairro já é de privados, é a própria construção da barragem, se a minha casa paga imposto, se uma casa paga imposto, aquilo não passa de uma empresa privada, deve também pagar os seus impostos e eu creio que a Lei irá contemplar e deve contemplar já isso. ----

-----Em relação à situação financeira do Município eu sempre disse que felizmente o Município de Mogadouro há muitos anos para cá mantém uma situação financeira equilibrada, quando saí da Câmara ficou uma situação financeira equilibrada, quando entrei agora recebi uma situação financeira equilibrada, o que eu quis dizer com isso foi o seguinte: falava-se em seis milhões de euros com sendo uma conta que está ali com seis milhões de euros disponíveis para fazermos aquilo que queremos, não, efetivamente transitou ou vai transitar ainda agora para 2022 um saldo que andarà na ordem neste momento dos cinco milhões de euros, mas que é dinheiro onde não se pode tocar, é dinheiro que está afeto a obras, porque hoje quando se lança uma obra, como todos devem saber só se pode lançar desde que devidamente cabimentada, assim como qualquer aquisição de bens e serviços também só se podem fazer ou devem fazer depois de cabimentados. Esse dinheiro está ali porque efetivamente há obras a decorrer, umas que vinham com maior ou menor execução e que continuam, e esse dinheiro é para pagar essas obras. -----

-----Sobre a questão do voucher natalício, eu costumo sempre dizer que trabalho e que gostamos de trabalhar com as entidades que operam no

~~2/10/13~~
Inel

setor e creio que não são diferentes daquelas com que o anterior Executivo trabalhou, nós conversamos com a AECISM, não sou eu enquanto Presidente de Câmara, que lhe vou dizer à Associação dos Comerciantes que têm o dever e a obrigação de promover o comércio e os serviços, como é que vão utilizar e fazer a sua dinamização, a Câmara a exemplo do que aconteceu nos outros anos atribuiu-lhe o subsidio que foi solicitado e creio que também estão a atribuir vouchers de vinte a cem euros, mas isso é uma gestão que compete à Associação Comercial e Industrial de serviços e penso que melhor que nós o poderão fazer porque têm a obrigação de conhecer melhor os seus associados.-----

-----Agora meus amigos quanto à iluminação, eu nunca questioneei se adjudicaram a A ou B ou C as iluminações, os rings de patinagem, posso gostar ou não gostar, posso criticar ou não criticar, é o mesmo que acontece com esta iluminação, foi uma opção de mudar um bocadinho as coisas porque quando se repete permanentemente o mesmo tipo de coisa torna-se chato e portanto isto é uma questão de gosto, agora há uma coisa que eu lhe digo, foi feito o procedimento de consulta prévia para a instalação da iluminação, mas devo acrescentar mais, consultou-se a empresa que vocês tanto defendem, até dá impressão que há interesses pessoais nessa empresa, da maneira como muitos se têm pronunciado, mas eu devo dizer que não só se lhe adjudicou o som como se lhe mostrou o tipo de iluminação que pretendíamos e se lhe perguntou se ele tinha disponível ou arranjava esse tipo de iluminação para poder ser consultado e a própria empresa perentoriamente disse: não, eu não consigo concorrer a esse tipo de iluminação, portanto acho que devemos ficar esclarecidos de uma vez por todas e depois uns gostam, outros não gostam, é como em tudo na vida, por isso é que tudo se gasta. -----

-----Em relação à cobertura da rede através das operadoras, isso é um assunto que o próprio Governo põe a concurso, as operadoras concorrem, nós pouco mais podemos fazer do que reclamar, contudo quero dizer que estão a pedir autorizações em várias freguesias e também à Câmara para a instalação de antenas, creio eu, com o objetivo de melhorar as redes de comunicações na região, sei que foi pedido à Câmara, já foi a reunião de Câmara para instalar uma antena na zona industrial, sei que várias freguesias foram abordadas no sentido de também fazerem um protocolo para a instalação dessas antenas, e portanto é um processo que é fiscalizado pela entidade reguladora do setor, nós sinceramente aquilo que eu acho, a não ser reclamar e pressionar pouco mais poderemos fazer. ----

-----Sobre os apoios que a Câmara dá à criação de emprego eu partilho

Offic
Del

de certo modo, até porque penso saber de casos concretos do apoio que terá sido negado por haver interrupção do emprego e eu acho que a Orlanda tem razão, porque nenhuma empresa se pode obrigar a ter o mesmo empregado cinco anos, o empregado pode ter arranjado outra solução de vida melhor e portanto não vai ficar ali preso e a empresa não tem condições para o manter, agora a empresa tem é obrigação de o substituir e então dadas as dificuldades do mercado de trabalho e principalmente nalguns setores, e também foi o nosso entendimento, porque já decidimos nalguns casos sobre isso é que o prazo deve ser prorrogado, agora o regulamento diz que são cinco anos, tem que ter cinco anos, para nós o regulamento tem forma de Lei portanto tem que ser cumprido, agora se em vez de serem cinco anos se é em sete é outra coisa, porque eu sei um caso concreto no campo da mecânica e que creio que foi resolvido já, em que teve que mandar vir um empregado do Brasil, que não arranjavam mecânico na região, portanto isto é difícil, mas nem por isso deve deixar de ser pago o subsidio que foi atribuído inicialmente e penso que já foi despachado esse caso concreto. Outra coisa é quando alguém já é funcionário de uma empresa e depois aparecer como criação de um novo posto de trabalho aí é que as coisas têm que ser vistas de acordo com o regulamento, se calhar até nem veríamos problema nenhum, mas temos que respeitar os regulamentos que aprovamos nesta Assembleia. -----

-----Quanto a obras financiadas, creio que foi o Senhor Jorge Dias, Senhor Deputado vamos lá ver, há efetivamente e mal não fosse que não houvesse obras financiadas das que estão a realizar-se, mas olhe que não é tanto assim e eu vou-lhe citar só três que estão a ocorrer neste momento, cito-lhe: foi pavimentado Meirinhos, financiamento até ao momento, zero, está a ser pavimentado Castelo Branco, até ao momento financiamento, zero, está a ser construído o pavilhão das feiras, sabe quanto é que é o financiamento aprovado? Cento e setenta e sete mil euros, salvo erro, num milhão e duzentos mil, portanto vamos ficar por aqui, quero-lhe dizer que quer Meirinhos, quer Castelo Branco, quer a recuperação da EIA de Bastelos, estão neste momento a ser feitas as candidatura e irão ser certamente aprovadas pelo menos até ao valor de um milhão e meio de euros, até aí eu tenho a certeza que vão ser aprovadas através do Fundo Ambiental, mas portanto estas coisas com peso e medida e sobretudo com conhecimento de causa. -----

-----Sobre o Bairro do Fundo de Fomento, creio que também foi a Orlanda que falou, sobre multas, e sobre o andamento das obras e sobre o

Handwritten signature/initials

atraso das obras, as coisas são o que são e se há coisas com uma maior complexidade que outras, aquela obra é uma obra complexa e não estou a dizer se houve erros, nem se não houve, estou apenas a fazer uma constatação; a verdade que ali se passa é que está efetivamente com muito atraso, mas também há situações que podem ser ponderadas e devem ser ponderadas, porque como sabem a obra envolve até a demolição das casas que ainda se encontram à beira da estrada, ora a obra nunca pode ser concluída sem primeiro demolir aquelas casas e acabar o arranjo urbanístico que vai levar ali aquela zona, isto permite ao empreiteiro de certo modo pedir as prorrogações de prazo e ele baseia as prorrogações de prazo, porque para demolir aquelas casas primeiro temos que alojar aquelas pessoas nas casas que estejam prontas. Devo informar que já foi a reunião de Câmara, já foi feita a receção provisória de dois blocos, precisamente para ver se no início do ano começamos a fazer os contratos, depois isto é burocrático porque não vamos mudar as pessoas de qualquer maneira para os dois blocos, porque elas depois têm que requisitar em nome delas o contador de água, o contador de luz, telefone e essas coisas todas. O ponto da situação é este serão feitos os contratos provisórios porque os definitivos só depois da aprovação do regulamento do qual já foi pedida autorização para avançar com ele, só depois da aprovação do regulamento é que poderemos fazer os contratos definitivos, iremos fazer um contrato provisório de realojamento daquelas pessoas, irão pagar a renda que estava definido pagar nas casas em que estão atualmente, para poder concluir a empreitada”. -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “dirijo-me novamente ao Senhor Presidente de Câmara para esclarecer sobre a Casa Mortuária, que se esqueceu”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “faço, e faço-o com muito gosto e já agora sobre a zona industrial que também não respondi, começar pela zona industrial e dizer que efetivamente também a Orlanda tem aqui razão, por isso não tendo nós encontrado, estou a referir-me nomeadamente à fase que foi agora feita recentemente, nova zona industrial, 3ª fase, creio eu, a gente depara-se ali com uma situação um bocado complexa, já há duas semanas que andamos a tentar fazer o levantamento dos lotes que estão atribuídos, ou que estão por atribuir, dos lotes que têm escritura, ou não têm, porque não encontramos cópias das escrituras, não encontramos uma pasta organizada com as atribuições, por isso tem andado o funcionário Vítor a dar volta às atas todas, a ver as deliberações dos lotes que foram atribuídos, procurar através do



pagamento do IMI a ver se conseguimos localizar as que têm escrituras para podermos ter o ponto da situação, porque efetivamente aquilo que constatamos é que se quisermos juntar dois lotes na zona industrial para um empresário, como já houve o caso de querer instalar uma fábrica para construção de casas de madeira, eu não fui capaz de lhe dizer que tinha ali aquela área disponível para isso, portanto estamos a identificar em pormenor os lotes que têm escritura feita e os que têm deliberação de Câmara, naturalmente os que têm escritura feita, está feita, eu não irei fazer mais uma escritura sem estar isto clarificado e em relação às deliberações de Câmara não é ainda uma obrigação, é uma intenção, iremos analisar se é correto ou foi correto e podemos reconsiderar isso. E digo porquê? Dou um exemplo: uma pessoa que tem um armazém já construído na zona industrial, que só trabalha na área da cortiça e que solicita um novo lote para construir outro armazém na atual zona industrial, fiz uma escritura a um munícipe que vende materiais de construção, que já tem três baixos na vila, já tem um armazém na zona velha da zona industrial, fez-se a escritura de um novo lote na nova zona industrial e agora vem dizer que quer o lote ao lado, meus amigos, a zona industrial só esta terceira fase vai no mínimo custar dois milhões e tal de euros, é nosso entendimento que a autarquia não pode estar a infraestruturar uma nova zona industrial para depois se permitirem estas situações e depois temos empresários que querem investir na industria e não termos lotes disponíveis. Na nova zona industrial quem não cumprir o regulamento fica sem lote e mesmo dos que há deliberações de Câmara irá novamente o Executivo pronunciar-se sobre isso e haverá conclusões que depois serão trazidas a esta Assembleia, mas sempre com o objetivo realmente de dar à zona industrial o sentido para que elas são feitas, não é para armazéns como estão na outra que nunca tiveram lá nada, nem sequer nunca foram construídos, outros que infelizmente foram até transacionados independentemente da situação, mas não é para isso que se faz uma zona industrial, sobre isto darei nota depois do ponto da situação correta da forma como foram atribuídos ou como estão atribuídos os lotes, ou como irão ser atribuídos os restantes. -----

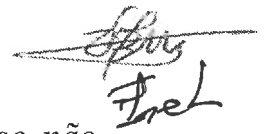
-----Casa Mortuária, muito bem, é certo e reconheço, que ainda hoje lá estive, que Mogadouro e o Executivo anterior fez uma casa Mortuária na Alameda Nossa Senhora do Caminho, eu acho que a construção está integrada na zona, está adequada, em termos de aparência acho que não fere nada a Alameda, contudo acho que não resolve, não resolveu o problema da Casa Mortuária de Mogadouro e eu não vou fazer uma nova

Handwritten signature: Fred

Casa Mortuária, ma pegar num projeto que em 2013 ficou pago e executado na Câmara Municipal e que vou retomar e implementar e posso-lhes dizer que uma revista internacional da especialidade onde até a própria Casa Mortuária de Mogadouro já tem nome, quem a quiser consultar, ela está aqui, com maquete, com tudo, publicada numa revista internacional a exemplo da central de camionagem que também cá consta, com projeto pago e executado e situada ao lado do cemitério, portanto é um projeto da empresa Cannatá, já que falam da terra, também é da terra, é de Bemposta, embora casada com um Italiano, em que é uma casa que tem, e pode permitir funerais de vária índole, dois funerais ao mesmo tempo e ao mesmo tempo ter em cima uma sala com condições para os familiares poderem estar e acompanhar, mais, com rede de frio para a conservação dos corpos no caso de haver necessidade disso, vamos avançar com ela. Creio que a atual não será desprezado o trabalho, certamente irá ter uma utilidade, até porque o próprio Padre de Mogadouro já falou nessa hipótese para a catequese e outras atividades da igreja, não será um trabalho perdido, penso é que não resolveu o problema de Mogadouro e por várias razões, primeiro porque é uma sala de dimensões limitadas e segundo porque se encontra num recinto onde normalmente decorrem as festas da vila e muitas vezes há dois funerais ao mesmo tempo e um vai ter que ir para a capela e outro vai ter que ficar ali e também não é aconselhável que durante as festas da vila a comissão de festas tenha que compatibilizar-se ali com a tristeza por um lado e com a alegria das festas por outro, este é o nosso objetivo para a Casa Mortuária. Se alguém quiser consultar o projeto ele está aqui só como maquete e como descrição, podem fazê-lo, sim tem Capela Mortuária”. ----

-----Concluído o Ponto 1. “PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA”, o Presidente da Assembleia conduziu a sessão para iniciar ponto 2. “PERÍODO DA ORDEM DO DIA”. Neste sentido, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o ponto 2.1 “Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro”, tendo dito o seguinte: “Sendo esta a primeira reunião da Assembleia Municipal após a instalação do órgão Executivo, na qualidade de Presidente do mesmo, tenho o dever de vos dar nota do que de mais relevante ocorreu nestes dois primeiros meses de gestão.-----

-----A atividade concreta do Presidente foi-vos entregue e fornecida na documentação que foi enviada para casa, podem verificar, com certeza



anteriormente era igual, mas é realmente uma atividade que quase não deixa tempo para respirar, reuniões permanentes, principalmente em início de mandato onde é necessário reunir com todas as associações, eleger os corpos dirigentes das associações, aprovar as contas, isto tendo acontecido as eleições nesta altura tem sido efetivamente um corrupio de reuniões impressionante que vocês têm o registo aí na atividade do Presidente. Mas queria dizer-vos que sempre afirmámos perante os Mogadourenses que o nosso foco principal era o futuro de Mogadouro e que não iríamos perder muito tempo a olhar para o passado. Continuamos a pensar da mesma forma, contudo, não podemos passar à frente sem antes dar conta de algumas questões que consideramos importantes e que, em nosso entender, devem ser do conhecimento de todos vós, enquanto representantes diretos daqueles que vos elegeram.-----

-----Não me vou pronunciar sobre o que foi feito ou não foi feito, desde que dentro da legalidade. Não vou referir se foi feito muito ou pouco, porque essa avaliação já foi feita pelos Mogadourenses. Vou sim referir-me a factos e decisões tomadas pela gestão anterior e que, sob o nosso ponto de vista, suscitam dúvidas quer de legalidade, quer de necessidade, quer mesmo daquilo que vocês dizem de ética política.-----

-----Assim começo por referir que em 2013 a Câmara Municipal tinha 132 funcionários no quadro de pessoal e que em 2021 contabilizamos 187 funcionários. Os nossos Recursos Humanos registam, assim, um aumento de 30 % dos seus efetivos, que se traduzem na contratação de 55 novos trabalhadores, os quais foram, na sua grande maioria, ou mesmo na totalidade, admitidos através do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários. Estes 55 funcionários foram admitidos com recurso a esta janela legislativa criada para situações extraordinárias, mesmo após ter sido emitida uma informação muito clara do Chefe de Divisão à data, Dr. António Moreiras, que indicava que, à luz do vertido no referido diploma legal, na Câmara de Mogadouro não existiam trabalhadores com vínculos precários. Embora não seja Jurista, tenho muita dificuldade em entender como se contraria uma informação do Chefe de Divisão, que só a emitiu porque lhe foi solicitada. Do mesmo modo, apesar de compreender que quem está desempregado lute por um emprego, e que merece tê-lo, em termos éticos torna-se incompreensível que Presidente e Adjunto, e outros elementos da sua equipa, aproveitem os buracos da lei para admitir familiares diretos, nomeadamente, esposas e nora. Não era nossa intenção proceder a qualquer avaliação deste processo, pois, pelo conhecimento que temos, este e outros procedimentos



já se encontram a ser avaliados por autoridades com funções de natureza inspetiva. Contudo, não pudemos deixar de questionar a regularidade deste procedimento quando, há pouco tempo, um dos trabalhadores admitidos sob esse regime apresentou um requerimento à Câmara Municipal para solicitar o reposicionamento para a Carreira de Técnico Superior. Ocorre que o trabalhador em causa já havia sido admitido no processo de Regularização de Precários com a categoria de Técnico Superior. É certo que o aviso do concurso direcionado para a sua contratação foi alterado e republicada essa alteração para fazer menção à formação académica de “Bacharelato”, que era a formação real deste trabalhador, mas no aviso alterado não modificaram o conteúdo funcional, que continuava a referir as funções próprias de Técnico Superior, sendo ele bacharel. Perante esta inconformidade, pedimos informação e parecer à consultora de recursos humanos que tratou do Procedimento de Regularização dos Precários na Câmara de Mogadouro, a qual declarou, perentoriamente, que essa admissão foi ilegal e me referiu verbalmente que a mesma só foi feita por muita insistência do então Presidente. Sobre este assunto, estamos a recolher mais informação, para podermos avaliar melhor o caminho que devemos seguir. -----

-----Relativamente às questões que têm sido abordadas e suscitadas em reuniões de Câmara entendemos que é também nosso dever partilhar com a Assembleia Municipal o nosso ponto de vista relativamente às situações levantadas pelos Vereadores da oposição e ainda relativamente a outras sinalizadas por nós. -----

-----Assim, passo a citar quanto foi por nós exposto na Reunião de Câmara de ontem, dia 28 de dezembro de 2021, relativamente aos seguintes assuntos: Dados os considerandos dos vereadores do Partido Socialista, relativamente à questão dos telemóveis, continuamos a lamentar que o entendimento que fazem das funções públicas os leve a pôr em causa a propriedade dos telemóveis que lhes foram fornecidos pela MEJ no exercício dos cargos que ocupavam. Ora bem, o que acontece é que a Câmara tem um protocolo com a MEJ onde tinha um plafond de 12 mil euros. Em 2020 foram solicitados telemóveis e telemóveis acima de mil euros cada um, são meia dúzia deles acima de mil euros; os telemóveis que estamos aqui a falar é de um IPHONE 11 Pro Max 1.365, um 1.178, outro 1.178, um 1.097, um de 1.121 e outro de 1.121, depois outros mais..., que naturalmente foram distribuídos pelo Executivo e que tendo nós entrado solicitamos que os repusessem porque eles são sem dúvida património da Câmara porque no contrato está lá ao Município e não de outra maneira.

Handwritten signature and initials: "Frel"


É incompreensível que, tendo desempenhado as funções de Presidente e Vice-presidente, lhes passe pela cabeça que tais telemóveis possam passar para a propriedade privada, uma vez obtidos com base no contrato que a MEU estabeleceu com a Câmara Municipal. Em nossa opinião, tais equipamentos jamais poderiam transitar para a propriedade privada, dado que foram adquiridos no âmbito do plafond atribuído a esta Câmara e, perante isto, só podem ser considerados património da Autarquia. -----

-----Estranhamos muito que já após a eleição, a Tomada de Posse foi em 18/10/2022 apareça um ofício do Senhor Presidente, assinado pelo Ex. Presidente Francisco, que está aqui, não tem nem a quem se dirige, nem data e que diz o seguinte: cedência de equipamento, o Município de Mogadouro vem por este meio solicitar que se proceda à alteração da titularidade do equipamento IPHONE 11 Pro Max, passando mesmo a ser propriedade do Senhor Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, titular do cartão de cidadão número tal, número de identificação fiscal, morada Rua dos Távoras, Mogadouro e o seu email, não tem mais nada, não sei para onde foi, nem para onde não, feito em papel timbrado do Gabinete do Presidente da Câmara. Depois vem a fatura da MEU com data de 16-11-2021, passado praticamente um mês de nós já termos tomado posse em que vem uma fatura em nome do Senhor Francisco Guimarães e outra, o mesmo exemplo para o Senhor Evaristo, eu sobre isto não vou dizer mais nada e fico por aqui, deixo ao critério de cada um, seguir as opções e o caminho que entenderem. -----

-----Acusaram-nos que em 2013 os Vereadores do PSD tinham retirado os discos rígidos dos computadores, efetivamente foi verdade, os Vereadores quando terminaram o mandato solicitaram ao Engenheiro Eletrotécnico da Câmara para que procedesse a essa substituição, ficaram no valor de trezentos euros, ficando os discos retirados à sua guarda. -----

-----Relativamente aos trabalhos a mais de cerca de 400 mil euros, efetivamente, ainda não foram aprovados, pelo facto de a rubrica da obra "Cantina Escolar" não se encontrar dotada de verba suficiente para cabimentar um valor tão elevado, mas cujo auto de medição já se encontra na contabilidade, apresentando, não o valor exato de 400 mil euros, como referi, mas sim o valor de 367.204,72 euros. O que aqui quero realçar é que uma obra com 28% de execução está com 367.204,72 euros de trabalhos a mais, com certeza há justificação para isso, deriva-se ela de projeto mal concebido ou projeto que foi feito a metro na altura, não sei. --

-----No que diz respeito à pavimentação em betuminoso de parte do caminho rural situado no Lugar de Cabeça de Eixe, em Mogadouro,


Frel

solicitaram-me os Vereadores do PS que lhe entregasse o processo concursal de procedimento da pavimentação da parte do caminho que foi feiro ultimamente, que é o verdadeiro caminho de Cabeça de Eixe, que é esse, não é outro, o outro era do LC5, foi feito pelo LC5, quero informar que se tratou apenas de suprir o comportamento revanchista assumido pelo anterior Executivo, que logrou dar satisfação apenas a alguns moradores, nomeadamente àquele que à data era seu Presidente da Assembleia Municipal e que não se cansou de afirmar publicamente que essa pavimentação fora executada a seu pedido e para satisfazer as suas exigências. Tratando-se de uma empreitada do anterior Executivo, eu estou certo que o Senhor Presidente, na altura, não se esqueceu de pedir autorização ao Senhor Presidente da Junta, porque me tinha questionado se eu tinha pedido autorização, ora bem estamos a falar da empreitada que o próprio Executivo anterior lançou, onde pôs até tout venant numa parte, na outra pôs betuminoso e que tratando-se de uma empreitada que ainda não está concluída, se mandou concluir aquele caminho, esta empreitada comporta ainda obras em Vale de Porco que estão na mesma empreitada e por isso quero-vos informar também a vós como informei o Executivo: sobre esta empreitada é nossa intenção em próxima reunião levar ao Executivo uma alteração à natureza dos trabalhos que falta realizar em Vale de Porco propondo a substituição de betuminoso por cubo de granito na zona histórica de Vale de Porco, mesmo que tenhamos de utilizar figura de trabalhos complementares. -----

-----Por último e dadas as preocupações que têm vindo a ser manifestadas pelos Vereadores do Partido Socialista, aparentando apresentar-se como arautos da legalidade, quero informar também os Membros da Assembleia de que tais preocupações estão bem demonstradas na completa ausência de procedimentos ao nível da contratualização, nomeadamente no que se refere ao gabinete de Advogados Abecassis, Moura Marques e Associados. Como é sabido, imediatamente a seguir à tomada de posse, é sabido pela parte do Executivo mas também quero que saiba esta Assembleia tivemos oportunidade, a meu pedido, de reunir com este grupo de Advogados, para lhe transmitir que a Câmara Municipal de Mogadouro não tinha condições financeiras para suportar o nível de honorários praticados pelo grupo e, como tal, que cessaria naquele momento a nossa relação com o grupo, propondo-lhe o substabelecimento dos processos em contencioso na Advogada por nós proposta. E foi o que aconteceu, os processos que este grupo tinha foi feito substabelecimento numa Advogada proposta por nós. Nessa reunião obtivemos ainda a

informação de que esta empresa teria faturado e recebido a quantia de 300 mil euros e que tal importância abrangia apenas os serviços prestados até 2019. Na mesma reunião fomos informados de que, de 2019 a 2021, o Executivo em funções continuou a solicitar serviços da mais variada natureza a este gabinete e, como tal, o mesmo iria, subsequentemente, apresentar a respetiva conta, bem como a descrição dos serviços prestados. Assim foi, recebemos em 16 de dezembro as Boas Festas do grupo, onde constatámos que, além do valor, não de 300 mil euros, mas sim de 365.787,58 euros, que já tinham sido pagos pelos serviços prestados até 2019, esta empresa apresentou ainda faturas no valor de 563.792,12 euros, sem que de 2019 a 2021 existisse qualquer procedimento concursal, contrato, nem cabimento relativamente aos serviços a que respeitam estas faturas. Portanto meus amigos, estamos a analisar a situação, já ouvi pessoas especializadas na questão de inspetiva às autarquias e portanto estamos a ver qual é o caminho que podemos seguir porque a mim não me preocupa o que foi pago, os 365 mil euros, se foram consultados, se foi feito contrato, se foi cabimentado, tudo bem, agora quero é que tenham a certeza que enquanto Presidente eu não vou pagar destes 563 mil euros, um cêntimo, sem uma decisão, seja de que natureza for, judicial ou doutro organismo qualquer. E porquê? Porque eu não posso pagar, porque se eu mandar estas faturas que chegaram ali para a contabilidade, a contabilidade manda-mas para trás, porque não foi feito cabimento, não foi feito procedimento, e os funcionários não podem fazer isso. De maneira que vamos analisar o caminho com ponderação, ver o caminho que vamos seguir para tentar resolver a situação”. -----

► **MANUEL VARANDAS** usou da palavra e disse: “*eu entendo que esta intervenção do Senhor Presidente está no 2.1 do período da ordem do dia. Eu ia só pedir à Mesa se o regulamento permite que o Senhor Presidente cessante possa vir aqui esclarecer alguma das acusações pontuais que o Senhor Presidente atual fez, não sei se o regulamento permite isso ou não? Uma vez que foram feitas aqui acusações pessoais, cito concretamente o ter dado emprego à mulher, à sogra, à prima e à cunhada, se ele tem o direito de vir a este palanque defender-se? Estou a perguntar se tem direito? A minha dúvida era se eles podiam, se o solicitassem.*” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para responder ao membro eleito Manuel Varandas, dizendo que o Regimento desta Assembleia permite que o Senhores Vereadores, neste caso Ex. Presidente de Câmara ou Ex. Vereador, podem usar da palavra em determinadas

situações, entre elas na defesa da honra e bom nome, desde que requerida pelos próprios.

-----Neste Sentido, o Presidente da Assembleia, aos atais Vereadores do Executivo eleitos pelo PS, e simultaneamente Ex-Presidente e Ex-Vice-presidente da Câmara Municipal, explicitamente lembrou os visados que estavam no direito de usar a palavra em defesa da sua honra, caso fosse essa a sua pretensão. Mesmo assim, foi opção de ambos prescindido do uso desse direito que lhes estava a ser concedido.

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: *“em relação ao que disse o Senhor Presidente da Câmara sobre o caminho, Senhor Presidente, eu não fiz o caminho em meu proveito, fiz uma informação às Infraestruturas das Estradas de Portugal e à concessionária atual do ILS, eles disseram-me que os caminhos paralelos pertenciam à autarquia, eu nesse sentido solicitei que fosse feita uma intervenção no caminho em benefício de todos aqueles que vivem lá, de todos, eu estive lá quatro anos como o Senhor sabe e só usufruí do caminho no último mês. E para acabar essa situação, tenho aqui uma mensagem que mandei terça feira, 27 de julho de 2021 que diz assim: boa tarde Francisco (Senhor antigo Presidente) as más línguas já começaram a falar, a dizer que fizeste a minha rampa e não fizeste a da vizinha, eu não gostaria de ver o meu nome metido em confusões durante a campanha, fazer bem não custa, confio em ti, abraço amigo. Está aqui a mensagem, portanto senhor Presidente, eu não fiz em benefício de mim próprio, eu pedi o caminho, os pais da Sandra Moura, da excelentíssima secretária também beneficiam do caminho, não sou só eu que beneficio do caminho, eu estive lá uma vida inteira sem o caminho Senhor Presidente.”*

► **ORLANDA ESPERANÇA** usou da palavra e disse: *“a minha intervenção é para mostrar a minha indignação, nomeadamente passados mais de dois meses da tomada de posse do atual Executivo, o Executivo anterior, penso que esteja a falar do Ex. Presidente Francisco Guimarães e Evaristo Neves pelo facto de ainda não terem entregue os telemóveis, que segundo adquiridos através do plafond que a Câmara fez com a MEU, pertencem à Câmara, se pertencem à Câmara e não os entregam eu interpreto isto como uma usurpação do património público, e eles que esclareçam em sua honra aquilo que têm a dizer, porque penso que não é vontade só minha, mas de muitos ver essa situação esclarecida, caso continuem a não entregar acho que a Câmara deve cobrar os telemóveis às pessoas. -----*

-----Outra situação que eu não sei se entendi, relativamente ao escritório de Advogados da Abecassis, aqui está a questão de quando eu falei, os

Santos da casa não fazem milagres, pois não, em Mogadouro não há Advogados, o Município de Mogadouro entregou por avença, ou por aquilo que seja, mas ao que parece até sem cabimentação, sem concurso, serviços a um escritório de Advogados que é dos mais caros a nível nacional e que inclusive em junho ou julho deste ano, Mogadouro apareceu nas notícias e outros concelhos que foram fiscalizados ou abordados pela PJ em termos de investigação inclusive por causa deste escritório de Advogados, ou seja até 2019 segundo o Senhor Presidente, a nossa autarquia pagou 300 mil euros por serviços prestados, que nessa altura estariam cabimentados a este escritório de Advogados e a partir de 2019 até à data, caiu nas mãos ao atual Executivo uma conta, segundo as minhas contas de 930 mil euros e provavelmente se anteriormente 300 mil era até 2019, estamos a falar agora em mais dois anos 2020 e 2021. Correto? (ouviram-se vozes) ah pronto, eu ouvi falar em 367 e que haveria uma fatura de 563, é a acumulação? Pronto independentemente disso acho que seria importante neste caso o atual Executivo fazer um escrutínio para saber a que se referem estes valores, ou seja vendo quais são as ações que o Município tem e o que este escritório de Advogados está a cobrar relativamente a cada processo, porque se calhar de certa forma até fica mais caro defender do que propriamente resolver os problemas diretamente às pessoas. -----

-----Gostaria então de pedir que os Senhores Ex. Vereador Evaristo e Ex Presidente Guimarães esclarecessem a todos os presentes o motivo da não entrega dos telemóveis.” -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “começava por brincar um bocadinho com o tema do caminho, o caminho de alcatrão que uns têm até ao portão, uns tiveram e outros não. -----

-----Por falar nos Santos da casa, que já aqui foi trazido o assunto há bocadinho, eu fiquei estupefacto quando foram apresentados estes números em relação à contratualização dos serviços de um Gabinete de Advogados da Capital, sem divagar muito sobre o que estará por trás disso tudo, quais os interesses que moveram o Município a requisitar os serviços de um Gabinete da Capital e não dos Advogados da terra para proteger os Santos da casa, eu estive ali a fazer um pequeno exercício com os números que o Senhor Presidente aqui trouxe a público, cerca de 900 mil euros, para arredondar os números, em cinco anos, se dividirmos estes 900 mil euros por cinco anos dá 180 mil euros por ano gastos em Advogados, estes 180 mil euros divididos pelos seis Advogados de Mogadouro, que têm escritório em Mogadouro, dá uma quantia de 30 mil euros por ano a cada

Advogado, 30 mil euros por ano a cada Advogado de Mogadouro dava um vencimento de dois mil e quinhentos euros por mês a cada Advogado de Mogadouro, é assim que se protegem os Santos da casa, foi assim que o Executivo anterior protegeu os Santos da casa e depois vêm aqui falar duma diferença de 5 mil euros na contratualização das luzinhas do natal e estamos a falar doutro assunto que são 900 mil euros ou 900 e tal mil euros para os Advogados da Capital, isto só tem uma explicação, andaram a gastar por conta e a fazer uma gestão no mínimo escandalosa”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para dizer que: uma vez ter sido invocado o nome e solicitada resposta aos Vereadores Evaristo Neves e Francisco Guimarães, dava o uso da palavra no direito resposta, de contraditório e/ou defesa da honra. Tendo só o Vereador Evaristo Neves, optado por usar da palavra. -----

-----Entretanto, antes deste usar da palavra, o Presidente da Assembleia aproveitou para esclarecer o líder parlamentar do PS, Jorge Dias, e restante Assembleia, que o direito do uso da palavra pelos vereadores, quando enquadrados na defesa da honra, estava previsto no artigo 30º do Regimento Interno desta Assembleia. -----

-----A necessidade deste esclarecimento, por parte do Presidente da assembleia, decorreu do facto do líder parlamentar do PS, Jorge Dias, ter discordado da resposta dada pelo Presidenta da Assembleia ao membro eleito Manuel Varandas, onde apontava a inexistência de suporte legal ao direito do uso da palavra pelos vereadores no contexto de defesa da sua honra e bom nome. -----

-----Feitos os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia deu de imediato o uso da palavra ao Senhor Vereador Evaristo. -----

► **EVARISTO NEVES** usou da palavra e disse: *“venho falar aqui da questão levantada pela Deputada Orlanda a propósito dos telemóveis, mas é bom que todos fiquem a saber, pelo menos ficam a saber os dois lados, não ficam a saber só um lado. A Câmara, salvo erro em 2020 fez um contrato com uma operadora, neste caso a MEI e quando fez esse contrato para as telecomunicações a MEI, a operadora forneceu equipamentos aos utilizadores, aos do Executivo, aos funcionários, enfim, a toda a estrutura da Câmara, no meu caso concreto e penso que no dos meus colegas do Executivo, as máquinas, os telemóveis nunca foram propriedade da Câmara, mais, eu posso provar onde for preciso que eu paguei o meu telemóvel à MEI, tenho a fatura em casa, portanto há um entendimento do Senhor Presidente com toda a legitimidade, é o entendimento dele e eu respeito, fiz questão de lhe dizer isso na reunião de Câmara, mas isso é o*



entendimento, outra coisa é a realidade. A operadora que na altura ganhou o concurso, ganhou as telecomunicações, disponibilizou equipamentos e esses equipamentos no final do contrato, quando fazia um ano, penso que era assim, ao fim de doze meses, mas também não tenho certeza, é uma questão de ver o contrato, disponibilizava a possibilidade de serem adquiridos a troco de um determinado valor, foi isso que eu fiz, portanto o meu telemóvel, que tenho comigo, portanto não está partido, está comigo, mas era propriedade da MED, portanto é bom que fique isso escrito.”-----

-----Encerrado o ponto 2.1, o Presidente da Assembleia conduziu para o ponto 2.2 – **“Gabinete do Presidente - Proposta de alteração da organização dos serviços do Município de Mogadouro - Análise e deliberação”**, dando de imediato a palavra ao Presidente da Câmara para prestação do assunto em análise e deliberação. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “mais uma vez peço a vossa atenção para o assunto e mais uma vez desculpa pelo tempo que vou ocupar. Este ponto prende-se com o seguinte: quer as empresas, quer os organismos públicos têm uma estrutura orgânica que lhe permite pôr em movimento a sua máquina e neste caso concreto a Câmara Municipal com uma estrutura de 187 trabalhadores, é uma estrutura já pesada e que entendeu o Executivo proceder à reformulação da Lei orgânica que está hoje vigente e propor algumas alterações, nomeadamente a criação de mais uma divisão de 2º grau e uma unidade de 3º grau, que visa agilizar o funcionamento e compatibilizar, digamos, a execução das funções da autarquia que hoje são diversificadas, há divisões hoje que ganham importância por causa dos fundos comunitários, que têm que se dotar de estruturas que respondam atempadamente àquilo que se lhe exige e portanto vão-me desculpar, eu vou ler na íntegra o que é a proposta, ela foi a reunião de Câmara, penso que foi aprovada com (3) três votos a favor e (2) duas abstenções, mas o que se propõe para que esta Assembleia aprove é o seguinte: **Proponho que a Assembleia Municipal delibere aprovar** as propostas de alteração da organização dos serviços do Município de Mogadouro, nos exatos termos que constam da proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aprovada pela Câmara Municipal, ou seja: -----

1 - Moldura organizacional: Modelo de estrutura orgânica - Estrutura hierarquizada; **Estrutura flexível:** O número máximo de unidades orgânicas flexíveis 6 (seis), lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau ou inferior:-----

Os Quesitos a que alude o n.º 3 do art.º 4 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto relativo aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau: ----

---Designação: Os titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau designam-se Chefes de Unidade;-----

-----**Competências:** Os titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau coadjuvam o titular de cargo de direção intermédia de que dependam hierarquicamente, se existir, ou coordenam as atividades e gerem os recursos de uma unidade orgânica funcional, com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direção; -----

-----Aos titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau aplicam-se, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau com as necessárias adaptações;---

-----Área de recrutamento: Trabalhadores (de entre os efetivos do serviço) em funções públicas designados por tempo indeterminado; -----

-----**Requisitos do recrutamento:** Licenciatura adequada às atribuições da unidade orgânica que venham a liderar; no mínimo 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;-----

-----**Remuneração:** 6ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior. Na operacionalização desta moldura organizacional deverá atender-se a um conjunto de premissas de eficiência e eficácia organizacional designadamente:-----

-----1-Responsabilização dos titulares de cargos dirigentes;-----

-----2- Interação de competências entre serviços;-----

-----3- Interação de competências entre planeamento, execução e fiscalização.-----

-----Assim, atentas as premissas enunciadas e considerando que: -----

-----Foi realizada uma análise comparativa com estruturas orgânicas e resultados de procedimentos concursais para provimento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior de vários municípios verificando-se que recorrentemente é dispensado o quesito de licenciatura;-----

-----É entendimento da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) emanado no parecer com data de 28 de janeiro de 2019, e também do ilustre Dr. Pedro Mota e Costa, que a fixação do critério da licenciatura é facultativa e, por isso, dispensável;---

-----2. A alteração dos critérios e quesitos de recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau para o que a seguir se

indica:-----
-----*Quesitos a que alude o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, relativo aos titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau:*-----
-----**Designação:** *Os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau designam -se Chefes de Unidade.*-----
-----**Competências:** *Os titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau coadjuvam o titular de cargo de direção intermédia de que dependam hierarquicamente, se existir, ou coordenam as atividades e gerem os recursos de uma unidade orgânica funcional, com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direção;*-----
-----*Aos titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau aplicam-se, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau com as necessárias adaptações;*-----
-----**Área de recrutamento:** *Trabalhadores (de entre os efetivos do serviço) em funções públicas designados por tempo indeterminado;*-----
-----**Requisitos do recrutamento:** *Com dispensa do requisito de Licenciatura*-----
-----*No mínimo 3 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias, com competência técnica e aptidão para o exercício de funções, coordenação e controlo que reúnam, pelo menos, três anos de experiência profissional nas funções, para o cargo de dirigente que é aberto;*-----
-----**Remuneração:** *6ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior*-----
-----**N.º máximo de subunidades orgânicas** *6 (seis). Entrada em vigor:*-----
-----*A presente moldura organizacional entra em vigor no dia seguinte à data de publicação em Diário da República.*-----
-----**Revogação**-----
-----*Sem prejuízo do parágrafo anterior, com a entrada em vigor da atual estrutura, fica revogada a estrutura e organização dos Serviços Municipais anterior.*-----
-----**3. Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau sejam abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.** -----

Handwritten signature/initials

-----Isto é aquilo que eu proponho a esta Assembleia e que no fundo se resume a criar além das (5) cinco unidades orgânicas de 2º grau que existem, a criar uma unidade orgânica mais de 2º grau e uma unidade de 3º grau. -----

-----Prende-se de certo modo com esta necessidade e na nossa perspetiva de dotar a parte do urbanismo nomeadamente, de uma divisão, neste momento o organismo é apenas uma unidade orgânica, um serviço, e portanto vai ganhar especial relevância durante estes quatro anos, por quanto temos por um lado o plano de estratégia de habitação para desenvolver, que é um plano de quatro anos, que é aquele plano que já ouvistes falar de recuperação de casas no concelho pelo primeiro direito, financiadas pelo IRLI a 100% e também um programa que vai constar do regulamento próprio da Câmara que está a desenvolver neste momento, penso que irá à próxima reunião de Câmara, que é para os apoios à recuperação do edificado do concelho, portanto justifica-se plenamente. ---

-----No fundo todo este palavreado resume-se à criação de uma unidade orgânica de 3º grau e à ampliação de uma unidade orgânica de 2º grau, passando de (5) cinco para (6) seis.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para abrir a discussão e não tendo havido intervenções colocou o ponto 2.2 à votação, onde foi aprovado por maioria, com (28) vinte e oito votos a favor, (0) zero votos contra e (13) treze abstenções. -----

-----Imediatamente a seguir, passou ao ponto 2.3. **“Gabinete do Presidente - Proposta sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - participação no IRS no ano 2022 - referente ao ano de 2021 - Análise e deliberação”**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para prestação do assunto -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “mantem-se o que já vinha de trás, mantem-se o desconto de 50%”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para abrir a discussão e não tendo havido intervenções colocou o ponto 2.3 à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Passou-se de seguida ao ponto **“2.4 - Divisão administrativa e financeira - apresentação, análise e deliberação da proposta das “demonstrações orçamentais para o exercício 2022, nos termos do Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de Setembro”, acompanhadas do relatório da proposta de orçamento:** -----

-----**Plano plurianual de investimentos;**-----

----- **Plano de atividades municipal;**-----



-----*Orçamento e plano orçamental plurianual (orçamento da receita e orçamento da despesa);* -----

-----*Mapa de pessoal;*-----

-----*Normas de execução orçamental.* -----

-----O Presidente da Assembleia, informou o plenário que a discussão e o debate em torno destes três grandes documentos seria em conjunto, embora a votação de cada um deles fosse procedida individualmente.-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “*ora bem, aquilo que tenho que dizer sobre estes documentos (grandes opções do Plano e Orçamento para 2022) como já tive oportunidade de o referir é um documento que é efetuado num período de transição de ciclo político em que há um Executivo que termina funções, naturalmente deixou as suas realizações que vinham encaminhadas e portanto este documento é um documento se assim quiserem entender, pelo menos eu entendo assim, de certo modo de continuidade, porque nós quando somos eleitos obrigatoriamente devemos assumir os compromissos que os nossos antecessores legalmente assumiram e portanto à partida é um plano por si limitado e condicionado na medida em que transita do anterior Executivo. Isto não é mal nenhum, mas transita do anterior Executivo um volume de obras em execução, como já tive hoje oportunidade de referir, umas a iniciar, outras a meio, outras a terminar e portanto à partida o bolo que estas obras absorvem condiciona metade do valor que nós conseguimos prever para o Plano Plurianual de Investimentos, portanto se temos um Plano Plurianual de Investimentos de 10, 11 milhões, se temos 5, 5 milhões já condicionados, tempos que encaixar aquela que é a nossa perspetiva pelo menos neste primeiro ano, numa perspetiva, por um lado, de continuidade, mas também avançar e sinalizar aquelas que foram os nossos compromissos para com os Mogadorenses, sinalizando-os e preparando-os, pelo menos para poderem avançar em execução no que diz respeito por exemplo a obras, falando de PPI, avançar pelo menos a partir de meados de 2022, porque nestas coisas meus amigos há duas situações, o primeiro meio ano quando se transita de Executivo é para concluir as obras que estão e para mandar fazer projetos e realizar os projetos que nós coloca-mos no nosso programa e que apresentamos aos Mogadorenses, é isso justamente que estamos a fazer, estamos a concluir, ou a tentar concluir as obras que estão em execução e ao mesmo tempo ao longo destes dois meses começámos a preparar todo um conjunto de projetos que estamos a fazer o procedimento para podermos dentro de meio ano termos projetos disponíveis para podermos recorrer aos fundos*”

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

comunitários, que como estão cansados de ouvir são anunciados avisos de abertura permanentemente, ainda ontem à noite às onze da noite recebi um aviso da APA a dizer, sai o aviso..., deve ser do interesse do Município, portanto os avisos estão a sair ainda em continuidade porque o quadro comunitário atual ainda tem dinheiro, ainda vai haver os chamados overbookings que resultam daquelas candidaturas que foram aprovadas, mas que não foram executadas e que a comissão querendo apresentar uma boa execução, está, por um lado, até a aumentar a percentagem no apoio e por outro lado está a lançar, vai com certeza selecionar os projetos que estão a execução que tenham maturidade para poderem ser financiados. Isto é muito importante quando se fala em maturidade, porque às vezes basta ter um projeto aprovado em reunião de Câmara já para ter maturidade, eles consideram isso já como maturidade do projeto e portanto podê-lo candidatar aos fundos que aí vêm, seja do PPRR, seja do 2030, seja do 1420, é isso que estamos a fazer. Por outro lado, como sabem, há situações mais no Plano Municipal que tem a ver com as Atividades Municipais e com os apoios que prometemos avançar para os Mogadorenses mas que precisam naturalmente de serem regulamentados, portanto nós não podemos avançar com esses compromissos assumidos sem em primeiro fazer esses regulamentos todos, estamos a tratar de sete regulamentos, três dos quais já foram a reunião de Câmara, creio que até já estão em audiência prévia, há próxima reunião de Câmara irão mais alguns para ver se a partir de Março, pelo menos, estamos em condições de poder proporcionar aos alunos quer das creches, quer dos infantários, quer os que andam na universidade, quer aos investidores, quer aos agricultores aqueles apoios que vão ser consagrados nesses regulamentos. Este vai ser o trabalho deste primeiro meio ano. -----

-----O segundo meio ano admito e faço votos para que já consigamos lançar concursos para obras efetivas que também estão anunciadas e das quais, penso que no documento que vos foi fornecido constam: -----

-----Centro de Estudos e Recursos Educativos;-----

-----Requalificação da Avenida do Sabor;-----

-----Requalificação do Bairro de S. José;-----

-----Rede de águas e Saneamentos e pavimentação da Estação de Urrós, lembro que é a única aldeia que não tem saneamentos. -----

-----Construção do Parque Biológico do Juncal;-----

-----Construção do Núcleo Museológico de Mogadouro;-----

-----Construção do Museu do Moderno Escondido de Bemposta;-----



-----Construção do Ginásio Municipal no Complexo Desportivo;-----
-----Construção do Jardim do Loteamento Trindade Coelho;-----
-----Construção dos Eco Resorts do Medal e da Ponte de Remondes;-----
-----Construção da Casa Mortuária de Mogadouro;-----
-----Construção do Matadouro Municipal;-----
-----Pavimentação dos caminhos Urrós/Bemposta, Gregos/Teixeira e
arruamentos do Bairro do Valado/Complexo Desportivo-----
-----Aquele arruamento que vai do Bairro do Valado à escola do 1º ciclo,
que é urgente, que é necessário, do qual já estamos a dar passos no
sentido de pelos menos falar com os proprietários até já a anuência de
alguns proprietários que permitem o seu alargamento, aqui poderia
apontar também que já foi aprovado o projeto em reunião de Câmara,
portanto tem maturidade e está já candidatado ao programa ambiental,
que é a reconversão da EIA de Bastelos, portanto já foi apresentada
candidatura. Estes são os principais a par de outros que constam e todos
eles sinalizados ao longo deste documento. -----
-----Penso que em termos de valor global se aproxima muito ao valor
global do ano de 2021. Porquê? Porque nós também não podemos dizer
que vamos receber mundos e fundos, nós temos que fazer uma previsão
mais ou menos correta das receitas que pretendemos arrecadar, ora
receitas certas são as correntes e às vezes não são sempre e receitas de
capital depende do trabalho que fizemos e também da capacidade que
tivermos de ir buscar fundos comunitários. No fundo este documento
traduz este espírito, acho que é um documento que para já satisfaz o
concelho, acho que foi elaborado a pensar no desenvolvimento do
concelho e nas pessoas fundamentalmente, quer no plano social, quer no
plano da educação, quer no plano cultural, desenvolvimento económico e
emprego, ele contempla essas vertentes; vamos procurar dar o nosso,
máximo para que ele seja seguido e seja efetivado”. -----
► **PAULO COELHO** usou da palavra e disse: “Bom dia a todos, Exmo.
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da
Câmara Municipal, digníssimos membros da Assembleia Municipal,
Senhores Vereadores, público e comunicação social.-----
-----Antes de abordar as demonstrações orçamentais e o plano plurianual
de investimentos, gostaria de deixar claro que todos os presentes nesta
sala devem ter o interesse de Mogadouro acima de qualquer outro
interesse. Devemos criar pontes de entendimento entre todos nós. Devemos
olhar para o futuro do município e deixar de lado eventuais conflitos ou
barreiras existentes do passado. Apesar de, com certeza, termos pontos de

[Handwritten signature]

vista diferentes uns dos outros, temos também certamente pontos de vista em comum. Acredito que juntos somos mais fortes e podemos construir um futuro melhor para o nosso município. -----

-----O Município tem perdido população residente de forma sistemática ao longo do tempo. São vários os fatores que contribuíram para este cenário, não nos devemos focar em quem é a culpa deste cenário, devemos sim, desenhar estratégias para inverter esta situação. Os investimentos públicos devem potenciar o desenvolvimento económico através de estímulos à captação e fixação de pessoas e empresas. As pessoas não vêm viver para Mogadouro se não tiverem trabalho. No manifesto eleitoral do PSD estão identificadas algumas medidas positivas para atrair pessoas e empresas, como por exemplo: “Criar gabinete dedicado à captação de Investimento”; “Criar incubadora de empresas”, “Criar um espaço de Coworking para permitir a instalação de novos empreendedores a custos reduzidos”, estes são excelentes exemplos para implementar. Não encontrei apesar de tudo estas ideias refletidas nos investimentos que se preveem executar no plano plurianual de investimentos. Gostaria que me explicassem como vão implementar estas ideias que estão no manifesto eleitoral que o PSD apresentou às pessoas do concelho de Mogadouro e que podem contribuir para inverter a situação demográfica do Município e a criação de riqueza local?-----

-----Relativamente às despesas com pessoal prevê-se um aumento significativo desta rubrica. Gostaria que explicassem a necessidade deste aumento, como por exemplo a previsão de contratar mais 3 professores de educação física? Que valor vão acrescentar aos munícipes uma vez que já existem 4 nos quadros de pessoal? Está relacionado com a rubrica de investimento para um ginásio municipal? Então pergunto qual a necessidade de um novo ginásio? Se somarmos às despesas com pessoal o investimento num novo ginásio (1.020.000,00€) parece-me um valor consideravelmente elevado e não compreendo a necessidade? -----

-----No que respeita ao apoio social e aos investimentos em infraestruturas como por exemplo (projetos de tratamento e abastecimento de águas e saneamentos) são na grande maioria essenciais para resolver problemas críticos no nosso concelho. As obras de requalificação de bairros e avenidas devem ser eficazes na resolução de problemas como por exemplo o problema que a avenida do Sabor tem quando chove muito e concentra água em algumas partes da avenida. A recomendação que faço é que as obras tenham um carácter de resolução de problemas e não sejam somente orientadas para uma melhoria estética. -----


-----Gostaria que explicassem em que consiste o Centro de Estudos? De que forma é que este investimento vai acrescentar valor? Na minha opinião uma das maiores lacunas que o município tem é o nível de conhecimento. Este projeto pode gerar valor através do aumento do nível de conhecimento, mas tem de ter o foco nos resultados para ser tangível pois o conhecimento é intangível até se traduzir em novos produtos, serviços e melhoria da qualidade de vida das pessoas. A produção do valor acrescentado depende da capacidade de assimilação e transformação do conhecimento em mudanças reais e práticas do quotidiano dos Mogadorenses. Pode gerar valor também como transferência de conhecimento para a economia privada, empresas, associações, cooperativas e escolas. Este investimento poderá ter sinergias e externalidades positivas. -----

-----O investimento no Parque Biológico do Juncal é positivo na criação de valor ecológico e no incentivo ao relacionamento com o contexto. O valor de investimento (2.100.000,00€) é consideravelmente elevado sugiro que este projeto só avance com apoios comunitários. É muito provável que um projeto com esta tipologia seja enquadrável para apoios comunitários. Os investimentos em museus são também importantes para a manutenção e preservação da cultura local, mas também tem um valor elevado de investimento (Museu de bemposta – 1250.000,00€ e Núcleo museológico de Mogadouro – 800.000,00€) recomendo para estas rubricas de investimento que se aguarde por um possível enquadramento de apoios comunitários devido ao alto valor de investimento. -----

-----Os Resorts no Sabor são dois projetos que também poderão vir a ter enquadramento em apoios comunitários. Estes dois investimentos são importantes e uma excelente iniciativa para a atração de pessoas e empresas para o nosso município. Tem sinergias com vários setores da nossa economia e poderá ser uma referência no nordeste transmontano. ---

-----O Matadouro apesar de ter um valor elevado de investimento considero que dada a estrutura económica do município poderá ser uma indústria que acrescente real valor. Este investimento deverá ser acompanhado de apoios aos produtores de forma a alavancar esta indústria que tanto nos caracteriza. -----

-----Finalmente, gostaria que explicassem qual a necessidade de uma nova Casa Mortuária se o município já tem esta infraestrutura? O que vai acontecer á estrutura que já existe quando a nova surgir? No manifesto eleitoral que o PSD apresentou aos Mogadorenses faz referência à possibilidade de construção de um novo cemitério? Partindo do



pressuposto que irá surgir um novo cemitério, pergunto se fará algum sentido construir a Casa Mortuária onde se projeta construir atualmente? Os apoios à criação de emprego são muito positivos e devem ser promovidos na atração de empresas e na fixação de pessoas em Mogadouro. Estes apoios são um instrumento que associado a outros podem ser uma mais valia para atrair pessoas e empresas e assim gerar mais emprego, mais produtividade e, por conseguinte, mais riqueza ao nosso concelho. -----

-----Termino a minha intervenção com um paragrafo da Análise Económico-financeira a 30 de junho de 2021 apresentada no relatório de Auditoria e Acompanhamento do município de Mogadouro e passo a citar: “Com base no trabalho que realizamos verificamos que a estrutura financeira do município de Mogadouro continua a apresentar uma boa liquidez, que tem permitido o cumprimento dos prazos de pagamento para os credores”. O que eu desejo ao novo executivo é que mantenha o princípio do equilíbrio financeiro sempre presente nas suas tomadas de decisão. -----

-----Obrigado pela vossa atenção.” -----

► **MANUEL LOBO** usou da palavra e disse: “apenas uma pequena intervenção porque o meu colega de bancada já fez uma análise global extremamente boa e exaustiva, queria apenas salientar aqui alguns pontos: -----

-----Quanto à questão orçamental, e mesmo para eu saber orientar o meu sentido de voto tenho três questões que acho fundamentais: -----

-----A nível global verificamos que o orçamento apesar de ser semelhante a anos anteriores prevê ligeiramente mais receitas e obviamente também depois mais despesas, mas é um fator que me causa alguma estranheza porque eu li segundo uma declaração à comunicação social do Senhor Presidente da Câmara ao Mensageiro de Bragança dia 02/12/2021 em que dizia que a condição da nossa Câmara Municipal ter menos de 10.000 eleitores iria implicar uma perda de receita de 1.000.000 de euros. -----

-----Estive a analisar um bocado os documentos, nomeadamente nas Demonstrações Orçamentais na página 5, a diferença ente os valores do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 2021 e 2022 são **100.000 euros e não 1.000.000 euros!!** Gostava de saber, já que vamos ter um bocado mais de receita do que o Executivo anterior, em que é que se baseou para dizer na comunicação social que iríamos perder 1 milhão de euros? -----

-----Outra pergunta vem na base disto, observando as rubricas assumia eu que iríamos perder mais receita e a Câmara iria perder um bocadinho mais de capacidade, digamos assim, a nível geral verifica-se que nas

rubricas de despesa com o pessoal irá haver um acréscimo de 517 mil euros, no ano passado tinha havido um acréscimo de 110 mil euros, senão estou em erro e este ano preveem cinco vezes mais, também na rubrica de transferências correntes, de 645.000 euros. Relativamente a esta questão, obviamente tudo são questões políticas eu apenas perguntava o porquê deste aumento pronunciado da despesa nestas rubricas e, mais importante que isso até se está previsto esta despesa ser definitiva ou apenas temporária neste orçamento? -----

-----Apenas referir também neste complemento que de facto é certo, como já foi referido pelo Senhor Presidente que houve um aumento de 132 para 187 funcionários entre 2013 e 2021, se bem que muitos deles foi ao abrigo do Programa de Regularização de Vínculos precários. O que, tratando-se de funções de necessidades permanentes faz todo sentido que tenham um vínculo mais estável para continuar a sua vida. Estranho apenas a declaração do Senhor presidente citando o chefe de Divisão financeira (creio?) dizendo que não havia precários no município antes dessa regularização. Pois... apesar, de eu não estar nada envolvido em política, nem perceber nada destes assuntos camarários, até eu sabia que na câmara havia múltiplos funcionários que iam buscar ao IEFEP e por prestação de serviços. Se isto não são vínculos precários, não sei o que será. -----

-----Relativamente ao global eu mantenho a posição geral que mantive relativamente às iluminações, se me provarem, ainda mais por esta questão também que se levantou dos Advogados. Se me conseguirem provar por A+B que um advogado em Mogadouro consegue fazer o mesmo trabalho ou melhor que um escritório de advogados de Lisboa, relativamente aos processos que têm em mãos... Meus amigos e minhas amigas, sou o primeiro a dizer: Vamos em frente!! Notei alguma confusão a nível de valores, referiram trezentos e tal mil euros até 2019, mas depois disso já escalou aqui para 900 mil euros. Gostaria, mesmo para que ficasse esclarecido e que não houvesse ruído fora da Assembleia, qual é o valor efetivamente em dívida a essa empresa de advogados de 2019 até ter cessado o mandato. Eu creio que isso é muito importante. Se conseguirem fazer um fornecimento desse serviço aqui em Mogadouro, apoio e acho muito bem. Agora acho essencial que seja mantido o dever de não haver conflito de interesses no desempenho dessa função. Vou dar um exemplo hipotético: Imaginem que contratavam um advogado de Mogadouro, que até tinha feito parte das listas vencedoras para a autarquia, que até tratava desses processos a decorrer e havia processos contra o executivo anterior.

Imaginem que perdiam de propósito para denegrir a imagem do executivo anterior. Acham que isto respeitava o dever de imparcialidade, não conflito de interesses e assegurava os interesses gerais dos Mogadourenses? Como tal deverá ser assegurado, no meu entender. -----

-----Quanto ao resto, apenas desejar uma boa execução orçamental (ainda bem que há mais dinheiro) e que corra tudo bem. -----

-----Muito Obrigado-----

► JOSÉ BRANCO usou da palavra e disse: “*eu não era para intervir, mas, custa-me estar ali sentado e ouvir aqui coisas. Gostaria de esclarecer algumas situações. -----*

-----Para o Lobo a questão da perda da receita, é assim: uma Câmara que tem quatro Vereadores e mais de dez mil eleitores tem do estado uma transferência de x valor, ao perder um Vereador e menos de dez mil eleitores vem menos dinheiro do estado, perde receita do estado, aquilo que vem de três em três meses, vem para a Câmara e vem para as Juntas, que é o fundo das freguesias e o fundo da Câmara, a nível de candidaturas é igual. -----

-----Outra questão é que os Vereadores do PS quando da votação destes documentos abstiveram-se e depois mais à frente na declaração do Senhor Francisco Guimarães no entanto após análise dos documentos alguns dos projetos que aqui estão faziam parte também do programa eleitoral do PS, então se também eram do PS porque é que se abstiveram? -----

-----O Coelho também falou da questão dos Professores de Educação Física, há cerca de cinco ou seis anos houve a questão dos precários e entraram quatro Professores de Educação Física, na altura a Câmara tinha sete Professores de Educação Física e todos estavam a trabalhar, o Executivo então achou que quatro chegavam e meteu quatro Professores de Educação física, mas passado um mês ou dois meses contratou por empresas mais Professores, e hoje há aqui Professores nesta sala que sabem que quatro Professores efetivos da Câmara é pouco Professor, tem quatro de Educação Física e tem dois de Música, são escassos, porque neste momento temos Pais a dizer-nos que a Câmara tinha escola de música de certos instrumentos que neste momento não tem Professor, os Pais fizeram investimento nalgum material de música e hoje não temos Professores para dar esse tipo de música a esses alunos. Se a Câmara tinha sete na altura e só meteu quatro, logo de seguida fez contratos de empresas então a Câmara precisava mais Professores, a Câmara precisa dar resposta a tudo, porque não é só na escola, temos também a nível da Santa Casa e as IPSS's de Travanca, Urrós e Bemposta.”-----

Antônio Martins
Deh

► **ANTÔNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “já muito foi dito sobre o Plano e Orçamento para 2022 eu começava também por fazer só alguns comentários acerca das intervenções anteriores do Senhor Membro da Assembleia Paulo Coelho que falou aqui numa perca de população, eu acrescentaria que não foi só uma perca de população, foi uma perca também de eleitores e hoje estamos a sofrer as consequências dessa perca de eleitores, talvez por descuido, por incapacidade, desleixo ou aquilo que fosse de quem nos governava anteriormente, e eu digo isto não por acaso, é que 2021 nem foi um ano vulgar nesse aspeto, tivemos eleições em janeiro, Presidenciais, foram atualizados os cadernos eleitorais, quem estava no poder tinha a obrigação de ter estado atento à evolução do número de eleitores nos cadernos e ter precavido a situação, porque é triste e lamentável estarmos hoje a sofrer as consequências da perca de fundos do estado, por causa de onze eleitores, deviam ter estado atentos e ter colmatado essa lacuna e não se tinha perdido o que se perdeu, além do Vereador, as receitas. -----

-----Depois falou aqui de fundos comunitários, obviamente que com a atual equipa da Câmara não ponho em dúvida que esse tipo de obras de que aqui falou, por exemplo do Museu de Bemposta que era uma obra cara, não sei se é a favor, se é contra, também convinha que esclarecesse isso, mas estou certo que certamente será lançada e que serão conseguidos fundos comunitários para financiar essa e outras obras dessa monta, porque lançar obras desse valor sem assegurar os fundos comunitários é uma gestão, acho que diria, uma gestão pouco competente e o Município de Mogadouro se calhar hoje já não comporta esse tipo de gestão, mas estou certo que serão certamente com o dinheiro que aí há-de vir e com a capacidade que este Executivo há-de ter de cativar fundos comunitários que será financiada .-----

-----No geral falou aqui, também já falou o Zé Branco, falou na questão dos Professores de Educação Física, também não esclareceu se é contra ou a favor da contratação de mais Professores de Educação Física, penso que é claro, e quem tem filhos nas escolas, e quem acompanha mais ou menos as atividades da educação e das AEE's das escolas, que há falta de Professores, há dificuldades, também já falou nessa situação, quando foram dispensados por revanchismo político alguns Professores de educação Física logo a seguir houve necessidade de contratar mais Professores, porque havia serviços da Câmara que tiveram que fechar por falta de pessoal, é bom não esquecer isso e é bom que a Câmara tenha estas atitudes de colmatar essas lacunas de pessoal a tempo e horas para

*Spur
Inch*

que não volte a acontecer o que aconteceu no passado por mero revanchismo político. -----

-----Em relação concretamente ao Plano, há duas conclusões que eu tirei passados quatro anos quando voltei a analisar este documento, a primeira é que infelizmente para mim vou ter que usar óculos porque já não consigo ler este tamanho de letra .-----

-----A segunda, reflete a dinâmica de nova liderança do Município, penso que está plasmada neste Plano aquilo que se pretende fazer daqui para o futuro e é o resultado de uma análise que qualquer pessoa pode fazer e de uma leitura atenta do Plano, eu obviamente e como o Senhor Presidente também aqui já disse condicionado pelo atraso que as obras em execução já têm neste momento, algumas com mais de um ano, obviamente que é preciso pegar nelas, acompanhá-las e concluí-las, é um ato de responsabilidade de qualquer Executivo quando herda obras nesta situação de Executivos anteriores, eu sei do que falo porque também já me aconteceu isso .-----

-----Apesar da quebra de receita do FEF, porque há mesmo quebras de receita, basta ver, também já aqui foi dito, na página 5, analisando o quadro, só no FEF, no Fundo de Equilíbrio Financeiro, são cerca de 100 mil euros de quebra por ano que vamos receber a menos do Estado, lá está em virtude da situação que eu já falei anteriormente, mas mesmo assim é um Plano que assenta muito na expectativa da captação dos fundos comunitários, os tais fundos comunitários propalados a toda a hora nos telejornais pelo Senhor Primeiro Ministro, eu não acredito muito nele, mas acompanhando também noticiários de outros países, o PPRR pelo menos trará aí dinheiro, é preciso é ter gente capaz e ter como o Senhor Presidente já disse, ter projetos feitos atempadamente para os poder candidatar a esses fundos portanto uma boa fonte de receita deste plano há-de vir certamente da captação dos fundos, é preciso ter a capacidade para os ir buscar e os projetos para os submeter. -----

-----Apesar disso tudo é de salientar que se mantem e aqui falo para os meus colegas Presidentes de Junta, que se mantem o mesmo valor das transferências para as freguesias e à parte disso é também garantida a possibilidade, pelo menos tem verba inscrita, para a possibilidade de executar protocolos, foi uma prática que no passado deu muito bom resultado, sei que no meu primeiro mandato entre 2009 e 2013 em Bemposta fizemos várias obras recorrendo a esta estratégia de protocolos com a Câmara, é bom que assim seja porque não nos limita apenas a gastar aquilo que nos dão das receitas correntes, há sempre a hipótese de



apresentando bons projetos que a Câmara os aprove, de nos financiarem outro tipo de obras e isto é muito bom, penso que da nossa parte só temos motivos para votar favoravelmente este Plano. -----

-----Depois também já aqui foi dito, é um Plano que se rege, ou foi tentado dizer o contrário disto, mas eu não posso concordar, rege-se essencialmente por aquilo que foi o programa eleitoral do PSD que ainda há três meses atrás andávamos a apresentar aos nossos eleitores, Câmara e nós Presidentes de Junta e quando falo de Presidentes de Junta sei daquilo que falo porque o programa do PSD tinha obras e realizações mesmo em todas as freguesias do concelho. Nada foi esquecido e este é um Plano que assenta no programa eleitoral do PSD que agora está aqui quantificado e que será certamente para pôr em prática, assim haja vontade dos intervenientes, portanto quando assim é, é um ato de credibilização dos políticos, da política, dos intervenientes na vida pública do concelho porque o povo está farto de gente que promete, promete e depois quando se chega ao poder esquecem-se das promessas e cada um governa a seu belo prazer esquecendo aquilo que foram as promessas. -----

-----Só nesta primeira folha o Senhor Presidente há bocadinho teve o cuidado de enunciar aqui e falando só de obras, todas elas eram constantes, à exceção da nova casa mortuária, mas essa vem por acréscimo, todas as outras eram constantes do programa do PSD e elas estão aqui já devidamente orçamentadas para 2022, portanto, isto é, de louvar. -----

-----Resumidamente acho que temos bons motivos para acreditar neste Plano, para o votar favoravelmente, decididamente o Executivo está apostado em investir não em gabinetes de Advogados da capital, mas a investir no concelho e nas reais necessidades das pessoas do concelho de Mogadouro.-----

-----Apelo a todos para votarem favoravelmente este Plano para 2022.” --

► **CARLOS ALVES** usou da palavra e disse: “a minha intervenção não foi escrita, nem pensada, vou apenas transmitir aquilo que o meu coração sente e o que os meus olhos veem, queria agradecer desde já a visão do Executivo em relação à rede de águas, saneamentos e pavimentação da estação de Urrós, porque como secretário da Junta de Freguesia nos passados quatro anos recebemos muitas queixas na Junta de Freguesia, eu próprio acompanhado do Presidente da Junta e do tesoureiro, marcámos uma reunião com o Executivo Camarário e fiquei um bocado triste, porque a resposta que nos deram era que por doze ou treze pessoas não se justificava, meus amigos, somos todos humanos, sejamos cinco, sejamos

dez, sejamos cinco mil, todos são importantes e por vezes quando não temos as condições mínimas de sobrevivência, abandonamos, é isso que se tem refletido no nosso concelho, muitas vezes por falta de condições. -----

-----De igual modo agradeço também a hipótese da pavimentação dos caminhos entre Urrós e Bemposta, não só é vantajoso para Urrós, nem só é vantajoso para Bemposta, é vantajoso para quem lá passa, penso que será uma obra excelente para alavancar a nossa agricultura, porque nem só de autoestradas vivem os agricultores, também precisamos da melhoria dos caminhos rurais e penso que isto será uma grande obra para todos os agricultores e não só.-----

-----Em relação aos Professores, penso que há uma necessidade de reforço, porque eu por mim falo, tive na escola aulas de música, mas só quando me tornei independente financeiramente é que consegui elevar os meus conhecimentos a nível musical e se calhar preservar uma tradição que é a Gaita de Foles, mas também não queria que essa tradição me caísse toda em cima, a aldeia de Urrós tem crianças, a aldeia de Urrós tem pessoas capazes e penso que é preciso um apoio pormenorizado a estas crianças e mesmo passar este testemunho, eu tenho a certeza que há pessoas com vontade de aprender, falo neste caso, do que tenho conhecimento, aprender Gaita de Foles, mas se calhar os Pais não têm capacidade de os trazer todos os dias a Mogadouro, ou cada dois dias, e é mais fácil deslocar-se um Professor à aldeia do que se deslocarem, falamos em cinco crianças e mais os Pais, falamos em dez pessoas, a deslocarem-se a Mogadouro, e falo de igual modo na prática das atividades físicas, porque já aconteceu (falo por Urrós) já aconteceu e foram muito bem aceites, toda a gente quer ter atividade, toda a gente precisa de atividade e penso que os Professores e tenho a certeza que se os Professores se deslocarem às freguesias será muito mais bem aceite e por parte das pessoas ficarão muito gratas ao Município por prestarem estes serviços. -----

-----Desejo continuação de Boas Festas, desejo ao Executivo e Assembleia que lutem por todos nós, porque todos precisamos e eu como Presidente de Junto faço o apelo, porque preciso de muita ajuda da vossa parte.”-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “dando valores exatos sobre a questão dos Advogados, do gabinete que falamos, 365.787,58 euros pagos, faturas entregues no dia dezasseis, de 2019 a 2021: 563.792,12 euros, com IVA. -----

-----Depois agradecer algumas das palavras e considerações feitas pelos

Alves
De

dois elementos do PS que falaram há bocadinho, mas permitam-me, sobre Professores, eu acho que devem ser contratados aqueles que forem estritamente necessários e é isso que faremos. -----

-----Em relação ao ginásio vamos lá ver, o ginásio é uma obra que faz falta, recordo-me que instalamos provisoriamente o ginásio debaixo das bancadas, que penso que chegou até a ser legalizado, mas não tem condições para funcionar e há muita gente a querer a prática do ginásio, no projeto irá ser incluído também um pequeno Centro de Apoio ao BTT, aquilo tem uma cota que irá ficar o ginásio ao nível do terreno, por baixo ficará um Centro de Apoio também ao BTT. -----

-----Sobre a questão de valores e de projetos eu gostava e gosto que Mogadouro seja ambicioso, eu acho que nós devemos ter a ambição de ter as condições e os projetos que os outros concelhos têm, porque nós não somos diferentes, os nossos jovens, os nossos idosos, nós próprios, temos que criar pontos de interesse e de relevância para que quem visite Mogadouro possa pelo menos ocupar o fim de semana e que possa permanecer no território, porque senão tivermos isso, só da agricultura e da indústria que temos vai ser muito difícil, portanto eu acho que devemos ser ambiciosos e quando se faz um projeto de um Museu tem que se fazer como que seja um ícone da terra, que quem visite Mogadouro se desloque lá, eu acho que o caso concreto do moderno escondido irá ser um ícone, creio que o museu na casa do Dr. Alves é um compromisso, ele cedeu aquelas instalações à Câmara Municipal para ali montar e instalar um museu etnográfico, portanto eu de uma maneira ou de outra, o projeto já no meu tempo ficou a ser elaborado pela secretaria de estado da cultura, delegação de Vila Real, ainda não tive oportunidade de reunir com eles, fui informado que têm o estudo prévio feito, vou-me inteirar do processo, mas tem que avançar também, é um compromisso, se a Câmara assumiu com a família instalar ali um museu, tem que o fazer. -----

-----Em relação ao Centro de Recursos, pode ser aquilo que nós quisermos, pode ser uma academia, pode ser um centro de estudo apoiado, pode ser muita coisa, mas às vezes temos também que aplicar os nomes de acordo que sirvam os nossos objetivos e quando falamos no Centro de Recursos estamos no aproveitamento de um espaço do bairro São Sebastião que vai ter que ser demolido por várias razões, primeiro porque a escola está completamente estourada e abandonada e a cobertura ainda tem amianto, temos cinco ou seis casos de leucemia em volta da escola e portanto no meu entendimento é urgente demolir aquilo e aquele terreno senão for utilizado também para a educação ele pode regressar ao



loteador e a Câmara não pode permitir isso, portanto tem que criar ali o Centro de Recursos que pode ser aquilo que viermos a entender que é necessário no âmbito do estudo acompanhado, no âmbito do ensino das várias atividades, acho que é o local ideal e um lugar que tem que ser recuperado. -----

-----Em relação ao Parque Biológico, valor elevado, eu ainda nem sei qual é o valor, ainda não está o projeto adjudicado, mas vai ser um valor elevado. Quando nós lançámos a candidatura do espelho do juncal, como é conhecido eram só necessários dois hectares e já na data nós adquirimos, acho que são doze hectares, porque o objetivo era uma segunda fase daquele projeto e daí termos ido até inclusivamente visitar um parque a França, eu e o Professor José Maria e o Engenheiro Helder, para analisar e ver se conseguíamos fazer uma coisa idêntica, é evidente que não vamos fazer uma coisa daquela natureza e daquela grandeza, mas iremos e é nossa vontade pôr ali, não direi um jardim zoológico, mas um parque a que eu chamo biológico porque tem a ver com fauna e com a flora, mas onde possamos ter a fauna da região ali presente para que quem visita Mogadouro possa também acrescentar valor e levar ao espelho de água gente e ao centro interpretativo e aquela zona que certamente irá ficar uma zona aprazível. -----

-----Eco resorts está a decorrer projeto, tem a ver com as barragens, tem a ver com pareceres, estamos a tratar disso, um dos quais já tinha até o projeto adjudicado e creio que financiado, o outro estamos a prever instalar uma réplica na ponte de Remondes, porque não entendo que se faça ali e depois faz-se um percurso de barco e não tenha onde atracar, pelo menos ali a uma certa distância, portanto tudo isto está a ser compatibilizado e estando eu a trabalhar junto do ICFN e da APA para que incluam este processo no Plano especial da albufeira que desde 2008 que praticamente se iniciou, creio eu, pelo menos ainda foi no meu tempo como Vereador que se deram os primeiros passos nisso e ainda hoje não temos o plano especial da albufeira, quero informar que tenho sido uma pestinha junto do Presidente da APA para que dê o parecer ao plano especial da albufeira. Sei que também o Executivo anterior tinha um bom relacionamento, mas eu tenho um relacionamento de há muitos anos com o Engenheiro Pimenta Machado e pedi-lhe encarecidamente que resolva o problema porque está lá para parecer e ele tem que dar o parecer, só que às vezes é preciso trabalhar debaixo dos organismos para que os pareceres lá em cima sejam possíveis e portanto ele tem a sensibilidade para o efeito e daí eu lhe ter entregue já um esboço daquilo que pretendemos na ponte

Spina
Freh

de remondes para que possa ser sinalizado nesse programa especial da albufeira porque até aí estavam mais ligados aos chamado lagos do sabor, era isso que preocupava e iria desenrolar-se por ali o plano especial da albufeira. -----

-----Em relação à casa mortuária, acho que já disse o que tinha a dizer. -

-----Matadouro, vamos lá ver, Mogadouro quer matadouro, ou não quer matadouro? Miranda diz que tem projeto, mas ainda diz que o vai mudar para ao pé da estação de Urrós, portanto se tem projeto e ainda o vai mudar para a estação de Urrós, não sei também que raio de projeto é aquele, nós assumimos a construção do matadouro e eu acho que Mogadouro deve assumir a construção do matadouro, assumi, haja, ou não haja financiamento e estou a fazer consultas para a adjudicação do projeto e depois vamos ver quem avança, avança quem tiver capacidade e se avançar num sitio, não avançará no outro, é evidente que neste momento Miranda se calhar está um bocadinho à frente, mas as obras também para se lançarem é preciso ter condições financeiras e capacidade para as lançar e portanto nós temos que acreditar nas nossas capacidades e é essa aposta que eu estou a fazer, ganhar essa aposta para Mogadouro. -----

-----Em relação ao novo cemitério, sinalizou-se porque Mogadouro tem que começar pelo menos a pensar, senão avançar neste mandato pelo menos deve começar a pensar, porque não tivesse sido o acrescento que se fez em 2002, creio eu, já não havia praticamente onde enterrar ninguém, senão se tivesse acrescentado os 160 gavetões e hoje Mogadouro já teria dificuldade, sinalizou-se, é um processo complicado, vamos ver o que conseguimos fazer sobre isso . -----

-----Sobre o escritório de Advogados não digo mais nada. -----

-----Deixar a Câmara com boa liquidez, eu na minha vida pessoal às vezes sou um bocadinho desorganizado, mas aquilo que é público para mim merece todo o empenhamento e estima, por isso irei pautar sempre a minha vida em respeito ao que é público, tratá-lo com público e tratá-lo bem. Eu ainda me recordo do tempo em que Mogadouro a seguir ao 25 de abril não tinha crédito aí nas lojas, eu não quero ver a Câmara Municipal de Mogadouro nessa situação, agora isto não nos pode inibir de dotarmos a Câmara de pessoas capacitadas para poder ajudar a dar este salto, porque dizemos assim temos 187 funcionários, mas vejam entrou uma Assistente Social de baixa por causa da gravidez, vai estar um ano fora e atrasaram-se os pagamentos à farmácia por causa disso porque têm que ser informados por uma assistente social e a Câmara não tinha Assistente Social, temos neste momento uma Educadora social a substitui-la só nessa

parte porque há outras coisas que não pode fazer, e é preciso dotar de pessoal com capacidade, o facto de terem entrado 55 funcionários na câmara, não resolveu os verdadeiros problemas que o Município tem porque eu as obras e é minha opinião que mantenho, nós até devemos ajudar a dinamizar as empresas da terra em vez de fazermos por a Câmara, podemos adjudicar fora, assim como o tratamento dos jardins, também não me preocupa nada, porque até posso abrir um concurso para tratar dos jardins, agora aquele trabalho verdadeiramente relevante para o Município, seja a nível do gabinete de candidaturas, seja a nível de gabinetes de apoio a determinadas iniciativas, isso é que é pessoal que faz falta na Câmara, porque às vezes quer-se uma pessoa para uma tarefa que exija mais alguns conhecimentos e acreditem que não temos e isto não quer dizer que a Câmara não tenha um núcleo de funcionários extraordinário, porque só por causa dessa extraordinariedade dos funcionários é que as coisas estão a avançar e têm caminhado ao longo destes anos, porque efetivamente tem um quadro de pessoal que para mim, no meu entendimento não é suficiente, está a sofrer um desgaste enorme, eu cito aqui por exemplo a responsável pelas candidaturas, é uma pessoa que todos vós conheceis, a Isabel, que está assoberbada de trabalho, ela diz não consigo responder ou dou o tilt nisto, tem que meter aqui alguém que me apoie, portanto há serviços que precisam de reforço técnico, de reforço competente e eu não me pouparei a isso se tiver que recorrer à contratação desse pessoal, agora como sabeis a admissão para os quadros só pode ser feita por concurso público, portanto se estamos a reformular a Lei orgânica é a garantia que não estou a pensar meter já ninguém, concursos públicos só depois da reestruturação da Câmara, portanto mas se fizer falta contratualizar alguém numa prestação de serviços fá-lo-emos sem qualquer problema desde que a Câmara o necessite e nalguns casos necessita. Despesa com o pessoal pode ser definitiva, ou não, se há aumento, ou não, nós não podemos mandar embora os que estão, se formos buscar alguém naturalmente que aumentará sempre. -----

-----Permitam-me só, acho que é obrigatório também, eu pedi ao Senhor Presidente da Assembleia, que há bocado não referi, dar conhecimento da representatividade que a Câmara de Mogadouro tem a nível do território, penso que é uma informação que ainda nunca foi prestada. Dizer que a Câmara de Mogadouro faz parte da Associação de Municípios da Terra Fria, como primeiro vogal, Vice-presidente da Associação de Municípios do Douro Superior, representante das Câmara na Associação de Desenvolvimento do Douro Superior, porque há duas Associações, a de

Barros
Barros

Municípios e a de Desenvolvimento, representante da Associação de Municípios do Douro Superior na empresa Resíduos do Nordeste, como sabem é uma empresa que é constituída por quotas, a Douro Superior tem 11% dessa empresa, eu represento neste momento na resíduos do Nordeste o peso de 11%, ou seja das Câmaras da Associação de Municípios do Douro Superior, Vice-presidente da Associação de Municípios do Baixo Sabor, Vice-presidente do Conselho Regional do Norte, Vice-presidente da comissão permanente do Conselho Regional do Norte, Presidente da Comissão de Cogestão do Parque do Douro Internacional. -----

-----A Vereadora Márcia vai dar um esclarecimento sobre um assunto que está mais relacionado com a delegação de competências.” -----

► **MÁRCIA BARROS** usou da palavra e disse: “eu vim aqui falar um pouco sobre educação, porque como falou o Senhor Deputado Coelho e com muita razão, a educação é transversal a todas as áreas, acaba por interferir até nas questões que acabou por falar, como seja a fixação de pessoas, nessa senda também, nessa continuidade, também a contratação de mais Professores que ainda a por cima nem se esgotam em Educação Física, vão também abranger outras áreas, como encarregada de educação temos hoje em dia, aquilo que nós sentimos em Mogadouro, uma falha estrutural no ensino, que não é infelizmente local, tem a ver se calhar com todo o contexto global e nacional, e tudo aquilo que atravessamos, ,mas em Mogadouro sinto algo que me transcende, até a apesar de ter estado três anos colocada na escola, saí, deixei de ser Professora na escola e continuo sem saber quais são os verdadeiros problemas, aquilo que realmente nos está a falhar, falta alguma coisa no sistema de ensino, mas o que é que falta também localmente? A nível dos Professores de Educação Física o que vos posso dizer é que não são só Educação física, são outras áreas e isto está tudo interligado, porque depois vai também a bater no Centro de Estudos e Recursos que tivemos dificuldade em criar um nome para depois não ficarmos presos em termos de futuros financiamentos e daí chamar-se Centro de Recursos e não ter um nome mais próprio. Educação física por exemplo, só para termos uma ideia mexe com todas as áreas que nós já aqui dissemos, portanto tem o ginásio, tem as AEE`s, tem a prestação de serviços que vão fazer às freguesias, às IPSS`s, brevemente vai abrir a piscina e os Professores de Educação Física estiveram na primeira semana de pausa letiva em formação com uma escola lá de baixo, porque aquilo que se pretende também, é na piscina dar uma outra dinâmica e valorizar toda aquela estrutura que temos, que agora foi ainda mais beneficiada, eventualmente até uma escola de



natação. Porque é que por exemplo o futebol, há-de ter uma escola de futebol e porque é que na natação, á semelhança do que há no Minho, que saem grandes nadadores e porque é que aqui não havemos de ter também, isso requer pessoal, a ideia que temos para os Professores de Educação Física é cada um quase ter uma subespecialidade, porque aquilo que está a acontecer é que são todos responsáveis pela caminhada, são todos responsáveis pelas AEE's, são todos responsáveis pelo gira vólei, aquilo que se quer é criar subespecialidades, criar ali uma dinâmica um pouco mais estruturada, temos por exemplo também a ideia de criar um centro desportivo municipal, porque aquilo que nos dizem de Bragança e não só, é que temos o melhor complexo desportivo e que está subaproveitado, e até é ideia do Senhor Presidente, temos que dispersar em termos de interesses e modalidades, porque não atletismo em Mogadouro, vemos isso no desporto escolar que os alunos são muito interessados, infelizmente nestes dois anos esteve parado, mas temos alunos que vão aos nacionais, porque não atletismo, porque não outras áreas e para isso também precisamos desse reforço e portanto o Centro Desportivo Municipal, também fazia com que ficássemos um pouco ilibados daquela dependência que temos das Associações para podermos ser em termos de competição, isto ainda está tudo muito embrionário, porque lá está em dois meses é impensável e tudo o que se esgotou num mês foi em reuniões de tudo que é organismos e organizações, há-de haver um regulamento, terá que ser algo pensado, e tem que haver a consulta pública e há-de vir aqui certamente. Por exemplo outra ideia do desporto e que já se falou um pouco foi o BTT, só o BTT e a tal parte que ficará no novo ginásio, só o BTT por exemplo é de projeção turística, as rotas que tivermos, acaba por estar tudo interligado e tudo acaba por trazer gente que é aquilo que nós precisamos, mas sobretudo o mais importante a nível de escola e de educação, o investimento para a educação nunca pode falhar nada, nunca pode ser demais, até porque investirmos neles é futuro, é formá-los para depois poderem voltar cidadãos produtivos, informados, esclarecidos mas que queiram aqui sediar-se, que foi aquilo que alguns de nós fizemos, mas muitos de nós não fizeram, vejo por exemplo da minha geração, poucos somos que ficamos, e eu agora por exemplo posso dar aqui a volta e dizer que em termos sociais aquilo que já se fez, eu já fiz as contas, mãe de três filhos, nós neste momento já temos, já deliberamos, o pagamento das refeições nos jardim de infância e 1º ciclo, os apoios sociais para pagamento de creche, AII e amas e jardim de infância, o regulamento virá para aprovação nesta Assembleia, além do apoio à natalidade e todos os outros incentivos que já



vinham de trás e que são para manter, também iremos ter bolsas de estudo, ou seja o investimento social e na educação funciona como um todo. Eu como mãe de três filhos, se calhar, se eu considerar o concelho de Mogadouro, pondero um pouco. Além de que outra promessa eleitoral que eu batalhei, e batalhei lá está, porque tenho três crianças na escola e estou por dentro dos assuntos da educação, o pagamento das fichas de trabalho até ao 12º ano, aquilo que estava em vigor era o pagamento até ao quarto ano, mas isso é uma migalha no orçamento familiar, até porque no 1º ciclo é onde os alunos têm apenas três disciplinas com fichas de trabalho (português, matemática e estudo do meio), a partir do 5º ano abre-se todo um leque de fichas de trabalho e o que é que acontece? Acontece que, feitas as contas não havia cabimento para este ano, logicamente, mas iniciando nós o pagamento só próximo ano letivo cumpriremos os quatro anos de mandato, porque mesmo quando o mandato finalizar, nesse ano letivo que iniciará em setembro ainda estará em vigor, portanto feitas todas estas contas é um investimento e aí haverá uma ponderação creio eu, se calhar Mogadouro interessa e muito. -----

-----Outras ideias que apresentamos e que irão ser apreciadas, como incubadora, gabinetes incentivos, em termos orçamentais isto é mais uma estrutura interna, apesar de ainda não ter havido tempo para gerir tudo isso, mas é uma gestão interna que penso que em termos orçamentais não será assim extraordinário. -----

-----Novamente em relação à Educação Física, penso que como disse o António e muito bem, a educação Física não se esgota na faixa etária escolar, a Educação Física é transversal a todas as idades e acaba por interferir também no bem estar e na saúde de todos, é importante nós irmos às aldeias porque é a única visita que têm, e se pudermos até ampliar essa oferta é fantástico, é um caso de saúde e saúde até mental, combater um pouco o isolamento dessas populações. -----

-----A educação, é um investimento e é um retorno e penso que tem que ser mesmo por aí. O Centro de Recursos que o Senhor Presidente também já falou, mas deixem-me também dizer, o Centro de Recursos é uma obra que vai ter que arrancar agora mas ainda falta projeto, é no Bairro São Sebastião, onde eu morava antes, aquilo realmente está em muito más condições, acho que não há ali aproveitamento possível, a nossa ideia é trabalhar em duas frentes, a nomenclatura foi aquela possível de momento, Centro de Recursos e de Estudos, por um lado funcionar em parceria muito próxima e ainda mais próxima a partir de abril porque há toda uma passagem de competências para os Municípios na área da educação e

Deh

então aí poderemos trabalhar ainda de uma forma mais estreita, muito se tem feito, mas ainda mais, de apoio, combate ao insucesso, reforço para exames, tudo que for possível oferecer aos nossos alunos e por outro lado recursos como uma oferta complementar de enriquecimento e aí sim poderão entrar as oficinas de música, tudo aquilo que interessar, a área tecnológica. -----

-----Em relação às oficinas de música, aquilo que aconteceu e realmente temos sido abordados por alguns encarregados de educação que investiram em pianos, penso que nesse tempo havia os Professores da casa mais especialistas, ou mais especializados, não sei, e os outros dois eram prestadores de serviços, esses prestadores de serviços, a prestação de serviços deles terminou e penso que em setembro quando arrancou não foi feito procedimento, não foi feito procedimento atempadamente, creio eu, por aquilo que me foi comunicado e quando houve a mudança de Executivo não houve cabimento e portanto será reapreciada a situação agora no início do novo ano civil, por outro lado aquilo que se quer fazer já de caminho. -----

-----Centro de Recursos, apesar de não termos o espaço físico porque não é possível de um momento para o outro, tem que se construir na antiga escola primária, mas para já e no imediato, ainda ontem fui falar com a Senhora Diretora do Agrupamento, até porque a nível de Professores de Inglês está a haver várias falhas no Agrupamento, uma Professora esteve de baixa bastante tempo e muitas turmas ficaram sem Professor, no 1º ciclo também aconteceu, apesar de ter sido mais tarde e aquilo que queremos é pelo menos e no imediato funcionar como um mini Centro de Recursos provisório naquelas que eram as instalações do IPB, começar já esse apoio, aquilo que eu ontem pedi, não sabemos muito bem o formato, não é muito fácil de pôr em prática por causa de horários porque nós como entidade não podemos estar a entrar na escola, os alunos não podem sair da escola porque carecem de autorização, mas queríamos prestar já apoio àqueles que estão a precisar, começar pelo combate ao insucesso, agora feito o diagnóstico das avaliações do 1º período, começar já a talhar por aí e depois faseadamente. Haverá uma disponibilidade do Município no apoio aos alunos.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, entendendo que já não havia intenção de mais debate, usou da palavra para submeter à votação os documentos do ponto 2.4, começando pelo-----

-----**Plano plurianual de investimentos;** -----
-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, sete (7) abstenções

e trinta e quatro (34) votos a favor. -----

-----**Plano de atividades municipal;**-----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, oito abstenções (8) e trinta e três (33) votos a favor.-----

-----**Orçamento e plano orçamental plurianual (orçamento da receita e orçamento da despesa);** -----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, oito (8) abstenções e trinta e três (33) votos a favor. -----

-----Uma vez serem já 13:30 horas (treze horas e trinta minutos), o Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a continuidade dos trabalhos ou a sua interrupção e continuidade após almoço. Foi concordância unânime da mesma dar continuidade à ordem de trabalhos, passando-se de imediato ao ponto **2.5 - Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios - Análise e deliberação.** -----

-----Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia submeteu o documento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Já no ponto **2.6 - Designação de 1 (um) representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil - Análise e deliberação.** -----

-----A bancada do PSD apresentou para votação o Presidente da Junta do Azinhoso, António Amálio Oliveira, a bancada do PS prescindiu de apresentar proposta. Tendo em conta que se tratava de uma votação com indicação do nome, a Mesa da Assembleia colocou à consideração da restante Assembleia a possibilidade de dispensa do procedimento de voto secreto em caso de concordância unânime do plenário e uma vez verificada esta condição, procedeu-se à votação, sendo aprovado por unanimidade. ---

-----Passando ao ponto **2.7 - Designação de 2 (dois) representantes das Juntas de Freguesia a integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos rurais (CMGIFR) - Análise e deliberação.** -----

-----Foram apresentadas duas propostas à mesa pela seguinte ordem: uma da bancada do PS com indicação do Presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei (José António Freitas) e outra da bancada do PSD com indicação do Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó (João Manuel Afonso Geraldès).-----

-----Tendo em conta que se tratava de uma votação com indicação do nome, de igual forma, a Mesa da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a possibilidade de dispensa do procedimento de voto secreto em caso de concordância unânime do plenário e uma vez verificada esta condição, procedeu-se à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

Fred

-----Já no ponto 2.8 - **Constituição da estrutura orgânica da Comissão “Diáspora” - Análise e deliberação**, o presidente da Assembleia, usou da palavra para lembrar que a proposta em votação refere-se estrutura da comissão, cujos nomes dos comissários será posteriormente indicada por cada “entidade” constituinte desta estrutura e apresentar o seguinte preâmbulo de enquadramento da proposta de criação desta comissão:-----

"Hoje, falar de diáspora já não é falar apenas de emigração, até porque a emigração permanente tem vindo a diminuir expressivamente nas últimas décadas em favor de uma emigração temporária que ganha expressão. ----

-----Na verdade, os nossos jovens já não são emigrantes, são cada vez mais cidadãos globais. São Mogadorenses cada vez mais habilitados na formação académica e na excelência das competências adquiridas. Cidadãos com grande capacidade de mobilidade, que deixam de estar no papel social invisível para assumirem cada vez mais papéis de destaque e de liderança. É um Valor que tem vindo a ser acrescentado à nossa diáspora e que a tem tornado num ativo capacitador cada vez mais imprescindível. -----

-----A estrutura da diáspora de ontem não é a mesma de hoje e sempre foi um "ativo" valiosíssimo, porém desaproveitado. Hoje, é identificada como âncora e ferramenta de trabalho em rede, indutora de desenvolvimento, que muitos países utilizam muito bem na alavancagem dos seus territórios, como a Grécia, a Irlanda e Israel, por exemplo. -----

-----De forma natural, a diáspora é uma sementeira que está lançada e a ser constantemente ampliada, só precisa de ser cultivada e cuidada para gerar frutos. Saber aproveitar a força e o potencial da diáspora é ser capaz de encontrar soluções endógenas para vingar num mundo cada vez mais global, onde só os maiores sobrevivem. -----

-----É neste pressuposto que a Mesa da Assembleia também em articulação com as lideranças parlamentares, propõe a constituição da Comissão Diáspora Mogadorenses, para criar a Rede de Mogadorenses e mobilizá-la num contributo à dimensão do Desenvolvimento Local Sustentável, em torno da Educação/capacitação; Inovação & Desenvolvimento, Empreendedorismo, Cadeia dos produtos endógenos, Cultura, Turismo, Ação social, (entre outros), com a seguinte estrutura:----

- Mesa da Assembleia Municipal (3 comissários); -----*
- Câmara Municipal (2 comissários); -----*
- Grupos parlamentares (2 comissários – um de cada bancada); ----*
- Presidentes de Junta (2 comissários - um de cada bancada); -----*
- Cidadãos (2 comissários, um cidadão sénior e outro júnior, a*



indicar pelo Presidente da Mesa da Assembleia). -----

-----É este o nosso propósito. -----

-----Submetida à votação a constituição da estrutura orgânica desta comissão, foi aprovado por unanimidade. -----

-----No ponto 2.9 – **“Constituição da estrutura orgânica da Comissão das comemorações do 25 de Abril de 2022 - Análise e deliberação”** -----

-----Para um enquadramento desta proposta, o Presidente da Assembleia usou da palavra para referir que o que está em votação é uma proposta de estrutura da comissão das comemorações do 25 de Abril desta Assembleia para o mandato 2021/2025. Significando isto, que a estrutura será a mesma em cada ano de mandato, mas os comissários poderão mudar em cada ano a indicar pelas respetivas “entidades”. Esta comissão irá iniciar funções na organização das comemorações do 25 de Abril de 2022. -----

-----Assim, no propósito de organizar a dinâmica das comemorações do 25 de abril para o mandato 2021/2025 a Mesa da Assembleia, em articulação com as lideranças parlamentares propôs a criação da referida comissão com a seguinte constituição: -----

-----• Mesa da Assembleia Municipal (3 comissários); -----

-----• Grupos parlamentares (2 comissários – um de cada bancada); -----

-----• Cidadãos (1 comissários, a indicar pelo Presidente da Mesa da Assembleia). -----

-----Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

-----Passando ao ponto 2.10 - **Constituição do grupo de trabalho para a revisão do Regimento Interno da Assembleia Municipal de Mogadouro para o período 2021/ 2025 - Análise e deliberação**, o Presidente a Assembleia usou da palavra para apresentar a constituição deste grupo de trabalho, no objetivo de proceder a uma necessária atualização e de acordo a legislação, dinâmicas e realidade atuais que promovam uma melhor regulação do funcionamento desta assembleia. -----

-----O grupo de trabalho a criar apresenta a seguinte constituição:-----

-----• Mesa da Assembleia Municipal (3 elementos); -----

-----• Grupos parlamentares (dois líderes, um de cada bancada, mais dois membros, um de cada bancada); -----

-----Adicionalmente à proposta de estrutura e para votação conjunta, foram apresentados também os nomes dos grupos parlamentares, tendo o PSD indicado António Martins e Filipe Pires e o PS indicado Jorge Dias e Miguel Delgado. -----

-----Por se tratar de uma votação com indicação do nome, de igual forma, a Mesa da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a

possibilidade de dispensa do procedimento de voto secreto em caso de concordância unânime do plenário e uma vez verificada esta condição, procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade. -----

-----No ponto **2.11- “Designação de 4 (quatro) membros para integrar a Assembleia da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Trás os Montes”**, o PS indicou Jorge José Martins Dias e Paulo Ricardo Malta Coelho, o PSD indicou Sandra Cristina Mendo Moura e António Luís Bernardo Martins. --
-----Após submetida à votação pelo Presidente da Assembleia Municipal, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----No ponto **2.12- Designação de 1(um) representante das Juntas de Freguesia a integrar o Conselho Municipal de Educação.** -----

-----Apenas o PSD apresentou a indicação do membro António Luís Bernardo Martins. -----

-----Tal como nas votações anteriores, a Mesa da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a possibilidade de dispensa do procedimento de voto secreto em caso de concordância unânime do plenário. Uma vez verificada esta condição, procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade. -----

-----Já nos três últimos pontos do **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **2.13 – “Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2021 - para conhecimento”.**
- **2.14 - Mapa de apoio à criação de emprego - para conhecimento.**
- **2.15 - Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos - para conhecimento.** -----

-----Foi dado conhecimento da respetiva documentação e não tendo sido solicitadas intervenções, passou-se de imediato ao ponto seguinte. -----

No ponto **3. “Outros assuntos”**, o:-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para formalizar a proposta que já tinha adiantado, aquando do uso da palavra do membro Paulo Carvalho no ponto **1.4 – “Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.”**, referente ao processo de desmaterialização/digitalização dos processos desta Assembleia, mais concretamente relacionado alteração do modo de envio e disponibilização documentação, de suporte em papel para formato digital.-----

-----No reforço à argumentação anteriormente dada, o Presidente da Assembleia, apelou novamente ao esforço voluntários individual de todos os membros, que numa atitude de cidadania e de gestão custo-eficiente dos



recursos da autarquia, se avançasse definitivamente para o envio e disponibilização da documentação de suporte às sessões (ordinárias e extraordinárias) em formato digital, pois segundo apurou junto dos técnicos informáticos é exequível a disponibilização da informação da informação via plataforma *Google Drive*, tal como já é disponibilizada aos elementos da Mesa da Assembleia, líderes de bancada e elementos do executivo autárquico.-----

-----Neste sentido, o Presidente da Assembleia em representação da Mesa da Assembleia e num entendimento em reunião de líderes, propõe a título voluntário que a documentação passe a ser facultada (enviada) em formato digital para todos os membros, ficando o formato em papel apenas reservado aos líderes de cada bancada ou a quem o manifestar por entender não quer colaborar neste esforço coletivo. -----

-----Considerou ainda o Presidente da Assembleia, que neste novo procedimento, ficaria também disponível uma impressão em papel nas instalações Assembleia Municipal, à disposição de todos os membros para consulta ou para fotocopiar partes para facilitar e suportar uma melhor análise e debate.-----

-----Terminado o enquadramento e clarificação da proposta, o Presidente da Assembleia submeteu este novo procedimento à apreciação de deliberação da Assembleia, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ----

-----No cumprimento desta deliberação o Presidente da Assembleia assumiu que este procedimento de desmaterialização/digitalização iria iniciar-se já na reunião seguinte. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: *“eu venho aqui mais uma vez pela questão dos telemóveis, eu vou falar em duas partes, daqui e a parte em que estou a trabalhar na Câmara e que me está afeto a mim, vamos pôr aqui um ponto final nesta questão, é estranho quando nós chegámos à Câmara a chefe de Divisão da DAF entrega-nos um documento da entrega de telemóveis dos Vereadores, entreguei o telemóvel x , digam-nos só porque é que os telemóveis antigos foram entregues, e os novos que tinham recentemente, as únicas pessoas que não entregaram foram o Senhores Vereadores Francisco Guimarães e Evaristo Neves, os outros todos entregaram os seus telemóveis à exceção de um que caiu à água. O único conhecimento que o Município tem é a fatura que foi paga pelo Francisco Guimarães e pelo Evaristo Neves, foi no dia 16/11 a quantia de 6.95 euros e a explicação que a MEJ nos deu foi que se não tivessem feito esta transação a pedido dum tal ofício do antigo Presidente da Câmara, se tivessem uma avaria no telemóvel e fossem a uma casa da MEO diriam que*


esse telemóvel pertencia ao Município de Mogadouro, só foi passado para o nome deles porque se houvesse uma avaria iriam achar que eram do Município”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “por uma questão de coerência, eu digo coerência porque há sensivelmente um ano atrás nós éramos oposição e eu como membro da Comissão Política participei na elaboração de alguns comunicados um dos quais da qualidade da água, é um assunto de extrema importância para ser esquecido e porque nós não esquecemos os assuntos em função da posição em que estamos, eu quero aqui referir que continua a ser para nós um assunto de extrema importância para o concelho, queria nesse sentido alertar o Executivo e questioná-lo se já tomou algumas medidas, o que é que se está a fazer, o que é que se pretende fazer no futuro para melhorar a qualidade da água em Mogadouro? Na altura penso que foram até, por uma questão de princípios nunca gosto de fazer uma crítica sem apresentar uma alternativa para ela, senão fico calado, penso que o concelho tem uma boa solução para pôr em prática caso o anterior Executivo durante oito anos não tivesse ficado praticamente parado, que é o projeto de trazer água a partir do setor nascente da barragem de Bemposta, que está parado há oito anos no alto de Brunhosinho, um depósito com capacidade de 3 ou 4 milhões de litros, que já abastece uma parte substancial do concelho e que tem capacidade, penso que o projeto inicial que era esse, para trazer a água até ao alto do Variz e a partir dali fazer a cobertura de mais uma boa parte do concelho, seria possível chegar à Vilarica, Castanheira, àquela zona e depois vir fazer o resto das aldeias que ainda não estão, penso que Santiago e aquela zona. Foi um investimento inicial que está ali se calhar subaproveitado, porque tem capacidade para abastecer mais água de qualidade e quantidade a muito mais gente, mas carece da continuação do projeto inicialmente previsto, essa ligação ao Variz poderia permitir no futuro, então sim fazer o esvaziamento da barragem de Bastelos para limpeza porque penso eu, não sou técnico mas pelas opiniões que me têm chegado não será possível também melhorar a qualidade da água sem fazer uma limpeza de fundo naquela barragem, mas penso que também não será possível fazer uma limpeza de fundo sem ter um abastecimento alternativo durante o período de tempo em que se faça a intervenção. -----

-----Gostava então de questionar o Executivo sobre o que está previsto em termos da qualidade da água que o concelho precisa e que nós alertamos no passado enquanto oposição e que hoje reavivamos do lado do poder.” --

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “penso que

compreendi qual era a preocupação do Deputado António Martins, tem a ver com o velho problema de Mogadouro, que é a questão da presença de manganês na água e o que é que estamos a perspetivar fazer para o combater ou para o anular, ou diminuir, bom, é um problema recorrente desde que a barragem de Penas Roias foi construída, todos sabemos isso e sabemos que o manganês funciona um bocado como o colesterol, vai-se fixando o colesterol nas veias, o manganês nas canalizações e pesa embora a quantidade de alumínio que se utiliza para fazer a floculação na ETA não conseguimos eliminar este problema, principalmente e creio que é mais nesta época do ano, quando há uma mudança brusca de temperaturas, a exemplo do colesterol também o manganês se solta das canalizações e lá vem ele fresquinho como uma alface até às torneiras. O que é que estamos a pensar fazer? Não sei, não garanto que vá resolver, porque eu acho que verdadeiramente só se resolverá esse problema pelo menos para o setor do concelho que é abastecido a partir da barragem de Penas Roias com a limpeza de fundo da barragem, de qualquer maneira está candidatada já ao Fundo Ambiental a remodelação completa da ETA de Bastelos, na tentativa de meter uns filtros com membranas, pelo menos foi a explicação, eu mal tive tempo de olhar para o projeto, mas o chefe de divisão deu-me essa explicação com os filtros. com membranas, de modo a tentar reter nos filtros e na ETA o manganês que não sair na floculação, isto por um lado em relação à qualidade da água proveniente de Penas Roias. -----Em relação à boa qualidade da água que vem de Bemposta é pena que ela tenha prevalecido para já só em Brunhosinho, como sabem foi feito um depósito de três milhões de litros em Brunhosinho para abastecer restante parte do concelho, mas pronto, encontra-se ali com estação de bombagem e tudo instalada, que era para continuar a adutora até à serra do Variz e a partir da serra do Variz abastecer Variz, Vilariça e Castanheira, abastecer Santiago, Vila de Ala, Paçó e reforçar Peredo, Algosinho, Vilarinho e Bruçó, é um projeto que segundo me foi transmitido, ele existe já na Câmara, portanto que ele já vinha no projeto global de abastecimento de água a Mogadouro, vamos procurar pegar nele, ver se tem condições para ser financiado, eu penso que vai haver condições para o financiar para podermos continuar o percurso da adutora até a serra do Variz e abrir vala por aí fora, naturalmente levar a água de qualidade, porque a água de Bemposta é uma água que gasta 1/3 no tratamento e é de melhor qualidade, não há dúvida nenhuma. -----O que está previsto é isto, agora verdadeiramente duvido que haja alguém, sem a limpeza de fundo da barragem, que consiga resolver



definitivamente o problema do manganês, mas ele existe temos que procurar diminuí-lo o mais possível, até porque também só se verifica nas alturas em que há mudanças de temperatura.”-----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “há bocado não vim intervir porque acho que o tema dos impostos deve ser um tema consensual e hoje está consensual, até o próprio PS que não era a favor disto, o candidato a Deputado pelo círculo de Bragança o Doutor Sobrinho neste momento é consensual que nós temos que cobrar os impostos e que não devemos abandonar. -----

-----O Município de Mogadouro que se saiba, eu não posso ter a precisão a 100% do que estou aqui a dizer porque não trouxe o documento comigo, mas o artigo da barragem de Bemposta era o artigo 1090 do Município de Mogadouro, não estou a dizer que isto é 100% preciso (**ouviram-se vozes**) 1070, obrigada Senhor Sebastião. -----

-----Miranda não recebia IML, nós recebíamos, nós tínhamos o artigo registado, eles não tinham, o que acontece é isto e também houve uma alteração no próprio orçamento de estado do ano corrente que levou a que nós os Municípios possam voltar a fazer a avaliação patrimonial do valor patrimonial e venham solicitar à AI, só o Município é que é o sujeito ativo do imposto, nós somos sujeitos passivos, o Estado e os Municípios são sujeitos ativos e portanto é o único que pode ser credor deste imposto e só o Município é que o pode pedir, não estou aqui a dizer que o peçam ou que não o peçam, atenção, a única coisa que eu acho é que o código do IML prevê em todas as suas construções urbanas que estão sujeitos a este imposto desde que façam parte do património de uma pessoa singular ou de uma pessoa coletiva, é o que diz o artigo 2, do nº 2 do código do IML, o que eu acho e o fator de se Bemposta teve o artigo 1070 registado, se o Município teve o artigo 1070 registado e o que se sabe aqui é que a seguir houve um tribunal administrativo e que este é um daqueles casos que também está em investigação no Ministério Público através da Direção Central de Investigação e Ação Penal, eu acho que este assunto não deve ser um assunto chacota, é um assunto que deve levar-nos a todos nós a arrecadar, se é receita própria e atenção se nós formos achar por estes 2,2 milhões vender 5 barragens, no mínimo, vamos considerar assim, Bemposta hoje vale 400 milhões, é muito dinheiro em termos de IML. A única coisa que deixo é que, a sua colega de Miranda também é funcionária das finanças, o Senhor Sebastião mais do que ninguém é técnico especialista nessa área e acabou por dar a sua própria explicação, acho que devemos aproveitar e pedir ao Exmo. Senhor Presidente de Câmara que faça mais

um esforço a ver se este dinheirinho vem.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao primeiro Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----O primeiro secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

-----Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

-----Às catorze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,


(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Vítor Manuel Parreira Batista)

1)Esta ata é constituída por 28.330 palavras, distribuídas por 67 páginas e 2.606 linhas.

